

# arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,  
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | epaa

Arizona State University

Volume 28 Número 99

29 de junho de 2020

ISSN 1068-2341

## Modos de Ideologia e de Colonialidade em Materiais Didáticos de Contabilidade

*David Mendes*

*Ana Carolina Pimentel Duarte Fonseca*

&

*Fernanda Filgueiras Sauerbronn*

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Brasil

**Citação:** Mendes, D., Fonseca, A. C. P. D., Sauerbronn, F. F. (2020). Modos de ideologia e de colonialidade em materiais didáticos de Contabilidade. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(99). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5061>

**Resumo:** O objetivo do trabalho é identificar aspectos da ideologia neoliberal nos capítulos que tratam dos princípios contábeis, no livro Contabilidade Introdutória da FEA USP e no CPC00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Para atingir o objetivo, analisamos os modos linguísticos típicos através dos quais a ideologia opera, com base em Thompson (2011). Trata-se de uma pesquisa crítica e interpretativa que se propõe a discutir a educação contábil no Brasil sob a perspectiva decolonial. Nos textos analisados foram identificados os modos de ideologia que legitimam, naturalizam e universalizam uma sociedade capitalista neoliberal e contribuem para uma imagem da contabilidade voltada unicamente para o mercado financeiro, por meio de uma abordagem monológica e normativa nos materiais didáticos. Nesse sentido, o presente estudo aponta para a necessidade de uma política educacional contábil, para além dos cálculos e técnicas tradicionais, que reconheça o papel da contabilidade como linguagem, uma vez que esta possui gramática e estrutura próprias que asseguram as condições de reprodução de textos em contextos sócio-políticos distintos.

Página web: <http://epaa.asu.edu/ojs/>

Facebook: /EPAAA

Twitter: @epaa\_aape

Artigo recebido: 22/9/2019

Revisões recebidas: 6/4/2020

Accito: 7/4/2020

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Educação Contábil; Material Didático; Análise Discurso; Brasil

### **Modes of ideology and coloniality in the accounting textbook**

**Abstract:** This paper aims to identify aspects of neoliberal ideology in the chapters dealing with accounting principles, in the textbook *Introductory Accounting* by FEA USP and in *CPC00 (R2) - Conceptual Framework for Financial Reporting*. To achieve the objective, we analyze the typical linguistic modes through which ideology operates, based on Thompson (2011). It is a critical and interpretative research that aims to discuss accounting education in Brazil from a decolonial perspective. The analyzed texts identified the ideological modes that legitimize, naturalize and universalize a neoliberal capitalist society and contribute to an image of accounting focused solely on the financial market, through a monological and normative approach in teaching materials. In this sense, the present study points to the need for an educational accounting policy, in addition to traditional calculations and techniques, which recognizes the role of accounting as a language, since it has its own grammar and structure that ensure the conditions for the reproduction of texts in different socio-political contexts.

**Keywords:** Higher Education; Accounting Education; Textbook; Discourse Analysis; Brazil

### **Modos de ideología y colonialidad en los materiales de enseñanza contable**

**Resumen:** El objetivo del trabajo es identificar aspectos de la ideología neoliberal en los capítulos que tratan los principios de contabilidad, en el libro *Introducción a la contabilidad* de FEA USP y en *CPC00 (R2) - Marco conceptual para la información financiera*. Para lograr el objetivo, analizamos los modos lingüísticos típicos a través de los cuales opera la ideología, basados en Thompson (2011). Es una investigación crítica e interpretativa que tiene como objetivo discutir la educación contable en Brasil desde una perspectiva decolonial. Los textos analizados identificaron los modos ideológicos que legitiman, naturalizan y universalizan una sociedad capitalista neoliberal y contribuyen a una imagen de la contabilidad centrada únicamente en el mercado financiero, a través de un enfoque monológico y normativo en los materiales de enseñanza. En este sentido, el presente estudio señala la necesidad de una política contable educativa, además de los cálculos y técnicas tradicionales, que reconozca el papel de la contabilidad como lenguaje, ya que tiene su propia gramática y estructura que aseguran las condiciones para la reproducción de textos en diferentes contextos sociopolíticos.

**Palabras-clave:** Enseñanza superior; Educación contable; Material didáctico; Análisis del discurso; Brasil

## **Introdução**

O estudo da educação contábil e suas políticas manteve sua relevância no campo há algumas décadas (Neimark, 1996). Este movimento reconhece que os educadores de contabilidade têm suas atividades influenciadas pela confluência de forças sociais, como: as tradições da educação universitária, a defesa da profissão contábil, a pressão do mercado de capitais, das demandas dos empregadores, demandas por soluções fáceis pelos estudantes, dos impulsos regulatórios do governo e do ranking das escolas de negócios (Graham, 2013). Nesse sentido, as universidades têm abraçado um credencialismo que reforça um sistema dominante de crenças de fundamental papel na reprodução simbólica de uma visão do mundo social específica (Chabrak & Craig, 2013).

A educação contábil pode ser entendida como um campo de pesquisa consolidado cujo foco está relacionado à orientação das políticas relacionadas ao seu desenvolvimento (Apostolou, Dorminey, Hassell, & Rebele, 2018). Segundo os autores, existem no mundo seis importantes periódicos<sup>1</sup> qualificados que tratam do tema a partir de cinco principais tradições: currículo e instrução; instrução por área de conteúdo; tecnologia educacional; estudantes; e professores. O estudo por eles empreendido mapeia o crescimento de trabalhos empíricos, em detrimento de ensaios teóricos, com foco em alunos e questões curriculares, mais especificamente, sobre como os alunos aprendem e como o material é estruturado e entregue. Este mapeamento revela um perfil funcionalista da produção em educação contábil que carece de estudos que reconheçam os *backgrounds* de conhecimento e a diversidade cultural (Apostolou *et al.*, 2018). Em termos de política educacional, esses aspectos revelam a intenção colonialista em desconsiderar as dimensões políticas e econômicas dos mais diversos contextos nos quais educação contábil avança (Chiapello, 2017).

O aspecto limitado da produção funcionalista em educação contábil, conforme apontam Apostolou *et al.* (2018), torna-se ainda mais relevante para as políticas educacionais ao se considerar que o treinamento e o ensino contábil são percebidos como contribuindo ativamente para uma educação pragmática que reproduz valores neoliberais (Chiapello, 2017). As ideias neoliberais são incorporadas nas técnicas contábeis por causa das convenções escolhidas, considerando-se que coube às teorias econômicas justificar e racionalizar as escolhas contábeis. Segundo a autora, o avanço dessas ideias, portanto, é fruto da padronização contábil destinada a limitar o número de práticas permitidas nos mais diversos contextos, de forma que valores contábeis, ferramentas e dispositivos assumiram a forma de “convenções” (Chiapello, 2017).

Portanto, entende-se que a contabilidade é um instrumento importante na disseminação de práticas globais, mas seus impactos e manifestações não são uniformes em países desenvolvidos do Norte e em países em desenvolvimento do Sul (Sauerbronn, Ayres, & Lourenço, 2017). Mesmo uma contabilidade baseada em pressupostos econômicos é mediada por fatores sociopolíticos e culturais. As dinâmicas sociais, que envolvem fatores como raça, etnia, cultura, religião, história colonial e políticas, influenciam a contabilidade (Hopper, Lassou, & Soobaroyen, 2017).

A operação contábil é marcada pelo selo de alguma escolha parcialmente arbitrária entre várias opções possíveis, limitando o número de práticas permitidas através da padronização (e colonização do fazer e do saber) contábil. No atual contexto do capitalismo, a contabilidade assumiu sua forma mais completa, tornando-se uma função que é essencial ao sistema econômico. É um elemento funcional absolutamente necessário ao Estado e à propriedade privada. (Catchpole, Cooper, & Wright, 2004). O entendimento aqui é de que a contabilidade é um instrumento que contribui para a governabilidade do mundo por meio da representação da realidade econômico-financeira de acordo com os interesses das instituições e empresas sob a perspectiva do capital. Portanto, a contabilidade seria central na sociedade capitalista.

Assim sendo, as técnicas são inevitavelmente imbuídas com os pressupostos e valores do seu construtor e, conseqüentemente, as políticas contábeis envolvem suposições e escolhas contestáveis. Isso não pode ser evitado e acreditar que a contabilidade representa a realidade de forma não-problemática é assumir que há uma definição de realidade bem clara e amplamente aceita, ou ainda, que há concordância sobre quais aspectos da realidade devem ser representados e que tais representações precisam ser divulgadas de uma única maneira (Solomons, 1983).

Em um processo de internacionalização de normas contábeis, é importante a compreensão e reconhecimento das diversidades econômicas, sociais e políticas de cada lugar, já que, conforme

---

<sup>1</sup> (1) Journal of Accounting Education, (2) Accounting Education, (3) Advances in Accounting Education: Teaching and Curriculum Innovations, (4) Global Perspectives on Accounting Education, (5) Issues in Accounting Education, and (6) The Accounting Educators' Journal.

Chiapello (2017), a objetividade técnica obscurece as convenções subjacentes que são de natureza arbitrária, política e moral. Assim, entende-se que escolha de um sistema de convenções em vez de outro tem efeitos específicos que devem ser identificados.

A padronização internacional da contabilidade está intrinsecamente relacionada a um movimento que apresenta a globalização como inexorável, no qual a disponibilidade de informações contábeis constitui uma contribuição indispensável para a existência e celeridade desse movimento. Entretanto, é necessário destacar o processo discursivo de resistência à colonialidade do saber, através do qual esta formação ideológica ocorre, removendo a ênfase da globalização como força motriz por trás da mudança contábil e colocando foco nas necessidades da sociedade, ou seja, contextualizando as normas contábeis em favor das realidades locais (Manassian, 2007, 2009). Desse modo, pesquisadores críticos em contabilidade não necessariamente propõem uma eliminação total da harmonização contábil, mas que esta seja protagonizada pelos agentes locais em favor dos interesses locais diversos.

Nesse sentido, estudiosos contemporâneos propuseram projetos de conhecimento que descentralizam o Norte global na produção do conhecimento, que combatem as relações de poder desiguais, que naturalizam a divisão intelectual do trabalho, que provincializam a ontologia e a epistemologia universalistas que sustentam o conhecimento oficial e revalorizam os conhecimentos que foram subjugados e transformados pela hegemonia global (Takayama, Sriprakash, & Connell, 2016). Portanto, vale destacar que tentativas de desafiar os pontos de vista convencionais e até reconstituir o conhecimento fundamental das disciplinas foram ampliadas nas discussões atuais, entretanto, tais tentativas ainda não são frequentes na contabilidade no Brasil.

Entretanto os aspectos culturais, interesses ideológicos e políticos de grupos particulares da sociedade podem ser refletidos no fortalecimento de uma educação que dissemina práticas globais nos materiais didáticos de contabilidade ou em quaisquer outros textos da área. A este respeito, Ferguson, Collison, Power, & Stevenson (2009) acreditam que os livros didáticos de contabilidade introdutória têm o potencial de reforçar a homogeneidade cultural. Tanto os autores de livros didáticos quanto os educadores de contabilidade não estão suficientemente conscientes dessa influência.

No Brasil, o livro Contabilidade Introdutória da FEA-USP apresenta o potencial de reforçar a referida homogeneidade cultural, por alguns motivos: (i) é utilizado nas disciplinas de contabilidade introdutória em diversos cursos de graduação no país; (ii) está em sua 12ª edição. Adicionalmente, esse material didático, especificamente, seguiu o caminho aberto em 1964 pelo prof. Boucinhas (que introduziu o método pragmatista norte-americano) na USP e, de forma isomórfica, tornou-se o principal material normativo da área desde sua primeira edição em 1971 (Rodrigues, Schmidt & Santos, 2012, p. 18).

Assim sendo, o presente estudo procura responder ao seguinte problema de pesquisa: de que modo a ideologia neoliberal e a colonialidade se fazem presentes nos capítulos que tratam dos princípios contábeis, no livro Contabilidade Introdutória da FEA USP e no CPC00 (R2), estrutura Conceitual para Relatório Financeiro?

Consequentemente, o presente artigo tem o objetivo de evidenciar os modos pelos quais a ideologia neoliberal e a colonialidade se fazem presentes nos capítulos que tratam dos princípios contábeis, no livro Contabilidade Introdutória da FEA USP e no CPC00 (R2), Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Mais especificamente, o estudo procura fazer uma análise não só do discurso presente no material proposto, mas também do processo de colonização contábil em si.

O estudo se justifica, pois, a partir do reconhecimento dos aspectos ideológicos do neoliberalismo presentes nos materiais didáticos e técnicos do ensino superior de contabilidade, é possível pensar em resgatar conhecimentos que foram subalternizados e, então, decolonizar a área contábil. Decolonizar os princípios contábeis pode ser um passo importante para que a

contabilidade avance em direção à pluralidade e não fique restrita aos interesses do mercado financeiro, para reconhecer outros conhecimentos válidos e relevantes em termos locais.

Conforme Homero (2017a) há uma subordinação e baixa autonomia do campo científico em relação ao campo profissional no Brasil, assim como uma baixa diversidade epistemológica, temática e metodológica na pesquisa contábil, com a prevalência de uma abordagem positivista. Há ainda uma ausência de uma linha de pesquisa consolidada em estudos críticos e interpretativos no Brasil (Lourengo & Sauerbronn, 2016).

Portanto, o que é defendido neste trabalho é reconhecer os modos de operação da colonialidade do conhecimento na educação contábil e, por meio da transdisciplinaridade e da transculturalidade, traçar considerações sobre um projeto de decolonialidade. Consequentemente, considera-se necessário pensar a decolonização da contabilidade brasileira, por meio de teorizações e análises que problematizem a geopolítica do conhecimento, com base em perspectivas “outras” que podem contribuir para a construção de um mundo no qual diferentes conhecimentos podem coexistir (Mignolo, 2011). Assim, este estudo se apresenta como uma perspectiva “outra”, de resistência por meio de estudos críticos em educação contábil no Brasil.

Visando ao alcance dos objetivos, o presente artigo está estruturado nas seguintes seções: primeiro, discutimos decolonialidade e decolonização do conhecimento; depois abordamos o histórico colonial da contabilidade no Brasil; na sequência discutimos a educação contábil no Brasil e aspectos do neoliberalismo em contabilidade. Após a revisão de literatura, tratamos de identificar os modos e estratégias de operação da ideologia, bem como de que maneira os princípios contábeis podem favorecer a disseminação do neoliberalismo. Por fim, traçamos considerações finais e apontamos sugestões de estudos futuros relacionados ao avanço de uma política educacional em contabilidade baseada no pensamento decolonial.

## **Decolonialidade**

O pensamento social da América Latina, durante muito tempo, esteve associado, não ao colonialismo, mas sim, à questão da dependência. Esta tradição de pesquisa foi perdendo força diante do processo de modernização dos países latino-americanos, legitimado pela ideologia do progresso, e da influência cada vez maior dos Estados Unidos na região (Pease, 2007; Rosa & Alcadipani, 2013).

Desde meados dos anos de 1970, a ideia de que o conhecimento também é colonizado e, portanto, precisa ser decolonizado foi expressa de várias maneiras e em diferentes domínios disciplinares. No entanto, foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano que introduziu o conceito de colonialidade. Quijano ligou explicitamente a colonialidade do poder nas esferas política e econômica com a colonialidade do conhecimento; e defendeu que: se o conhecimento é colonizado, uma das tarefas futuras é decolonizá-lo (Mignolo, 2007).

O projeto de Quijano é articulado em torno da noção de "colonialidade do poder". O conceito de colonialidade abriu a reconstrução e a restituição de histórias silenciadas, subjetivações reprimidas, conhecimentos subalternos e linguagens. Quijano apresenta a mudança decolonial a partir da decolonização do conhecimento (Mignolo, 2007). O movimento decolonial emergiu na América Latina em um contexto de contramovimentos globalizantes, reformas neoliberais e de mudança de uma colonialidade eurocêntrica para uma colonialidade comandada pelos EUA (Carvalho Filho, Ipiranga, & Faria, 2017).

As perspectivas decoloniais estão voltadas para o pluralismo científico, e este deve ir "até o fim" para uma apreciação do valor de ontologias e epistemologias múltiplas. É impossível e indesejável unificar as ciências nas formas como o positivismo lógico imaginou. É impossível porque as culturas sempre precisaram lidar com novas condições naturais e com novas exposições a

pensamentos desconhecidos e práticas de outras culturas. Estas situações sempre envolverão processos de "costurar" seletivamente as novas realidades materiais, epistemologias, ontologias e princípios éticos antigos, para que o novo possa, de fato, funcionar e tornar-se significativo para a cultura receptora (Harding, 2016). Os decolonialistas argumentam que importantes novidades sobre a modernidade, sua política e epistemologia se tornam visíveis se se começar a pensar sobre elas a partir das experiências dos colonizados.

A teoria decolonial latino-americana foi moldada pela teologia da libertação, pela teoria da dependência, pelos trabalhos de Paulo Freire, e ainda, pela história na América Latina (Harding, 2016). Os decolonialistas voltaram-se para um projeto similar ao dos teóricos críticos de esquerda e procuram a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura. É neste contexto que Quijano apresentou seu conceito de colonialidade de poder, percebida como a dominação das potências centrais em relação às periféricas estruturada em termos de diferença étnica, racial, de gênero, de classe, que hierarquiza o dominador em relação ao dominado com o objetivo de controlar o trabalho, os recursos e os produtos em prol do capital e do mercado global. É uma dominação política e econômica que se justifica através do conceito de raça, acompanhado de uma dominação ocidental que é tanto epistêmica e filosófica, quanto científica e linguística (Rosevics, 2017).

Diante disso, é importante levantar questões que reflitam sobre o papel do conhecimento que é produzido nas universidades, tais como: por que é para quem é o conhecimento que criamos e reproduzimos? Quais possibilidades e valores são alimentados? Quais valores e possibilidades de futuros são excluídos? O conhecimento produzido e reproduzido em nossas universidades constitui uma contribuição para a possibilidade de maior nível de bem-estar e maior felicidade para a maioria da população (presente e futura), ou o contrário? Esse conhecimento contribui ou não para a possibilidade de uma sociedade mais democrática e mais justa? (Lander, 2000).

## **Decolonização do Conhecimento**

Historicamente, a capacidade dos universitários latino-americanos tem sido maior em criticar e lutar contra as injustiças e opressões de suas sociedades, que a agudez de sua reflexão crítica sobre seus próprios processos de produção e reprodução de conhecimento, bem como sobre o papel desses saberes na criação e reprodução da ordem social existente (Lander, 2000). Portanto, de acordo com o autor, é possível que as consequências perversas do capitalismo estejam sendo denunciadas, ao passo que se estejam legitimando academicamente o conhecimento e pressupostos paradigmáticos e teóricos que servem de sustento a essa mesma ordem social.

As atuais estruturas disciplinares das universidades latino-americanas, com a sua departamentalização burocrática do conhecimento, dificultam seriamente abordagens das questões levantadas no tópico anterior. Essas estruturas disciplinares tendem a acentuar a naturalização e cientificação da cosmovisão e da organização liberal eurocentrada do mundo, operando assim como instrumentos eficazes de colonialismo intelectual (Leal & Moraes, 2018). Nesta estrutura de conhecimento departamentalizado, as questões do todo, os desafios éticos, as perguntas sobre o porquê e para quem é feito, não têm significado. Dentro de cada disciplina, os alunos são socializados na prática de uma ciência normal que lida com o seu departamento da realidade e não tem porquê se questionarem sobre o significado do todo (Lander, 2000).

Como é possível, então, um diálogo de conhecimentos? De acordo com o que foi dito até agora, a resposta pode ser apenas uma: o diálogo de conhecimentos só é possível através da decolonização do conhecimento e da decolonização das instituições produtoras do conhecimento. Decolonizar o conhecimento significa evidenciar o lugar onde esse conhecimento é produzido e

reconhecer que o pesquisador é parte integrante daquilo que pesquisa. Decolonizar a universidade significa ao menos duas coisas: transdisciplinaridade e transculturalidade (Castro-Gómez, 2007).

A transdisciplinaridade procura mudar a lógica exclusiva ("isto ou aquilo") por uma lógica inclusiva ("isto e aquilo"). Decolonizar a universidade significa, portanto, lutar contra a departamentalização do conhecimento. Logo, por meio da transculturalidade, a universidade deveria engajar-se em diálogos e práticas articulatórias com aqueles conhecimentos que foram excluídos do moderno mapa de epistemes porque eram considerados míticos, orgânicos, supersticiosos e pré-rationais. Conhecimentos que estavam ligados às populações da Ásia, África e América Latina, que entre os séculos XVI e XIX foram submetidas ao domínio colonial europeu (Castro-Gómez, 2007).

É importante deixar claro que a decolonização da universidade não envolve uma cruzada contra o Ocidente em nome de algum tipo de autoctonismo latino-americanista, de culturalismos etnocêntricos e de nacionalismos populistas, como alguns tendem a acreditar. Nem se trata de ir contra a ciência moderna e promover um novo tipo de obscurantismo epistêmico. Quando é dito que é necessário ir além das categorias de análise e das disciplinas modernas, não é porque elas precisam ser negadas, nem porque precisam ser ultrapassadas por algo "melhor". O que se fala é sobre uma extensão do campo de visão aberta pela ciência ocidental moderna. Não é, portanto, a disjunção, mas a conjunção epistêmica que se proclama. Um pensamento integrador em que a ciência ocidental pode se ligar a outras formas de produção de conhecimento, com a esperança de que a ciência e a educação deixem de ser, essencialmente, aliadas do capitalismo pós-fordista (Castro-Gómez, 2007).

Penna (2014) aponta alguns assuntos de convergência entre a obra "Pedagogia do Oprimido" de Freire e a perspectiva decolonial. Há uma convergência com a literatura pós-colonial latino-americana quando Freire, por exemplo, utiliza a relação metrópole-colônia/opressor-oprimido para se referir aos processos opressivos de invasão cultural. A perspectiva decolonial tem, assim como os trabalhos de Freire, um valor pedagógico ao passo que questiona os referenciais eurocêntricos a partir dos quais o conhecimento é produzido. Outro ponto de convergência entre a "Pedagogia do Oprimido" e a literatura decolonial é a importância dada à investigação do saber produzido no local específico a ser trabalhado.

Para Freire o ponto fundamental para superar a "colonização do ser" é a educação libertadora, e essa educação tem algumas qualidades que se opõem à educação "bancária". "Na visão 'bancária' da educação, o 'saber' é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber" (Freire, 1987, p. 33). "E porque os homens, nesta visão, ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção 'bancária', tanto mais 'educados', porque adequados ao mundo" (Freire, 1987, p. 36).

A proposta de superação de uma concepção bancária de educação para uma educação libertadora, problematizadora, se aproxima da proposta de decolonização epistêmica. O ensino e a produção de conhecimento devem ser capazes de considerar a episteme de diferentes grupos, historicamente excluídos ou entendidos como não modernos, em um mesmo nível de relevância, e não como inferior. Nesse sentido, a decolonização epistêmica pressupõe a superação da hierarquia entre os centros produtores e receptores de conhecimento, e da superação da assimetria entre investigadores e investigados (Mignolo, 2004). Tal processo de dominação pode acontecer, por exemplo, por meio da adoção passiva de normas internacionais, onde ocorre a transferência de técnicas produzidas nos países do Norte (Europa e EUA) para países periféricos como o Brasil.

É importante fazer essas críticas, também, ao ensino e a produção do conhecimento contábil, pois, quando o conhecimento elaborado na universidade é declarado neutro e objetivo, os meios (técnicas) tornam-se os fins, não mais importando a finalidade social do conhecimento, mas sim a sua produção irrefletida (Ribeiro, 2017). Os conhecimentos transmitidos nas universidades

acabam por refletir a herança colonial e contribuem para reforçar a hegemonia cultural, econômica e política da modernidade/colonialidade (Castro-Gómez, 2007). Entretanto, no processo de decolonização, o conhecimento científico é utilizado contra hegemonicamente para cultivar práticas alternativas de conhecimento, já que a injustiça social global está profundamente relacionada à injustiça cognitiva global. Portanto, sem um novo tipo de pensamento não há justiça social e vice-versa (Santos, 2011).

Nesse sentido, é fundamental pensar as políticas educacionais, em termos epistemológicos e pedagógicos, voltadas para decolonização da contabilidade, de modo que possa emergir um projeto teórico transdisciplinar, direcionado ao pensamento crítico em contraposição às tendências acadêmicas voltadas à perspectiva da modernidade europeia capitalista de construção do conhecimento. Tal projeto pode se pautar a partir de alguns conceitos fundamentais, como: a pedagogia decolonial, a interculturalidade crítica, o pensamento de fronteira, a colonialidade, o racismo epistêmico, dentre outros (Walsh, Oliveira, & Candau, 2018).

A pedagogia decolonial é pensada com e a partir dos colonizados. É um trabalho de politização da ação pedagógica que atua para além do sistema educacional (escolas e universidades). Trata de visibilizar, enfrentar e mudar as estruturas e instituições que têm como fundamento de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental e a manutenção da colonialidade. A partir de práxis política contraposta à geopolítica hegemônica, ela convoca conhecimentos subordinados e dialoga com experiências críticas e políticas que se ligam às ações transformadoras dos movimentos sociais, nas lutas dos povos colonizados. Assim, um projeto pedagógico decolonial para contabilidade poderia ser construído nas escolas e universidades, nos movimentos sociais e nas ruas, de modo que se possa criar uma contabilidade inclusiva e democrática que contabilize para além da lógica instrumental do lucro, visando a distribuição de riquezas e igualdade social (Walsh *et al.*, 2018).

## **Histórico Colonial da Contabilidade no Brasil**

Para compreender o histórico colonial da contabilidade no Brasil é preciso inicialmente reconhecer que as técnicas contábeis foram importantes para a colonização eurocêntrica e que a contabilidade teve efeitos ideológicos consistentes com os objetivos do colonialismo (Neu, 2002). Portanto, nossa contextualização retorna ao estudo de Rodrigues e Sangster (2013) que estudaram o papel do Estado no desenvolvimento da contabilidade no Império Luso-Brasileiro (1750-1822). Os autores apontam que, por meio do controle da educação contábil, das regras de governança corporativa e da própria contabilidade governamental, os governos adotaram técnicas contábeis em um esforço para moldar e normalizar decisões a fim de alcançar objetivos desejáveis para o império luso-brasileiro. As técnicas de contabilidade, uma vez impostas, eram usadas como parte integrante das políticas e atividades imperiais. Os autores consideraram, no seu estudo, dois períodos: a era mercantilista e corporativista pombalina, de 1750 a 1777, e a era fisiocrática e liberal, que a seguiu, de 1777 a 1822. No primeiro momento - as tecnologias de contabilidade localizavam-se em Lisboa - o centro do Império Português, sendo utilizadas pelos colonizadores como uma ferramenta do imperialismo (Davie, 2000), e apresentadas como necessárias para desenvolver e conectar a colônia ao império. As riquezas fluíram das colônias para Portugal ao serem assegurados o controle pelo Estado por meio da adesão ao mercantilismo e ao corporativismo.

Tal constatação reforça o argumento de Catchpole, Cooper & Wright (2004) apresentado anteriormente, de que a contabilidade é (construída) e utilizada como um elemento funcional absolutamente essencial ao Estado e à propriedade privada e que contribui para a governabilidade do mundo por meio da representação da realidade econômico-financeira de acordo com os interesses das instituições sob a perspectiva dos dominantes. O que reforça ainda a ideia de que é necessário evidenciar os aspectos ideológicos presentes em suas construções teóricas, já que sob a perspectiva



pedagógica decolonial é preciso pensar a educação e conseqüentemente a prática contábil sob a perspectiva dos colonizados (oprimidos).

A essa contextualização soma-se o estudo de Rodrigues e Craig (2009), ainda sobre o período pombalino, no qual fazem uma análise de como a ideologia do Estado mercantilista foi propagada em Portugal, concentrando-se nos próprios professores de contabilidade. Os autores investigaram a vida de dois professores - João Henrique de Sousa e Albert Jaquéri de Sales - e apontaram que eles foram importantes propagadores do conhecimento comercial e da ideologia do Estado mercantilista. Através da educação, os indivíduos que deixaram a Escola de Comércio entraram na força de trabalho com a ideologia necessária para reproduzir o sistema. Isso exigia que os envolvidos em atividades comerciais fossem competentes, que tivessem conhecimento das normas e que empregassem o conhecimento de maneira consistente com a ideologia dominante.

Já no segundo período, com as invasões francesas (1807-1811), a transformação do Rio de Janeiro na nova capital do império Português exigiu uma reorganização das finanças públicas locais. No Brasil, assim como em outros contextos mundiais (Potter, 2005), problemas políticos e sociais complexos foram identificados e resolvidos através da aplicação de tecnologias de contabilidade do governo. Assim, no Brasil, as tecnologias contábeis foram influenciadas por esse novo contexto econômico e político, e a Junta Comercial e as Escolas de Comércio foram inspiradas pelas novas ideias da moda: a fisiocracia e o liberalismo (Rodrigues & Sangster, 2013).

Em 1822, o Brasil finalmente declara sua independência de Portugal, mas de acordo com Quijano (2005), na América Latina, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, uma vez que é mantida a dominação por meio de estruturas internacionais de poder derivadas das relações coloniais do sec. XIX. Ou seja, a despeito da Proclamação da República e do advento da industrialização (como veremos adiante), as relações político-econômicas de dominação se mantêm no Brasil.

Adiante, é a partir da segunda metade do século XX, após a Guerra Fria, que nasce uma nova forma de colonialismo, o colonialismo global, que continua reproduzindo a diferença colonial em uma escala mundial, ainda que já não esteja localizada em um estado-nação particular (Mignolo, 2003). E esse sistema colonial, que começou a se formar na América, tem em comum três elementos essenciais que afetam a vida cotidiana da população mundial: a colonialidade do poder, o eurocentrismo e o capitalismo. A colonialidade do poder e do saber se originam simultaneamente com a modernidade e o imperialismo colonial das nações europeias, associados profundamente à expansão do capitalismo (Quijano, 2005).

O capitalismo mundial foi, desde o começo, colonial e eurocentrado. Em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também reuniu sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial, do conhecimento e da produção do conhecimento. No processo que levou a esse resultado os colonizados foram forçados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, técnica (contabilidade, por exemplo), como da subjetividade (religiosa; Quijano, 2005).

A colonização envolve a legitimação de atores sociais específicos como fontes apropriadas de conhecimento e a deslegitimação de outros. Nesse sentido, Suddaby e Greenwood (2001) fazem uma análise do processo pelo qual o conhecimento em administração é produzido. São sugeridos dois processos pelos quais isso ocorre. O primeiro diz respeito sobre à mercantilização do conhecimento. Na observação dos autores, o processo da mercantilização está se intensificando e, cada vez mais, tornando-se internalizado dentro dos limites de grandes empresas prestadoras de serviços, como as firmas de contabilidade, hoje representadas pelas *Big Four* (quatro maiores

empresas de contabilidade do mundo). O segundo processo é a colonização do conhecimento, a luta das grandes empresas de serviços profissionais para ampliar a escala e o escopo de seus produtos, o que inevitavelmente, exige que essas organizações migrem para novos territórios de conhecimento, de tal modo que a colonização é uma consequência natural da mercantilização do conhecimento.

É nesse processo de produção do conhecimento que a relação entre a colonialidade de poder e a colonialidade do saber se torna mais evidente. A colonialidade do saber e do poder estão localizadas numa mesma matriz genética (Castro-Gómez, 2005).

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3)

A educação contábil no Brasil e no mundo está inserida em um contexto político, cultural e econômico de dependência e colonialismo. Nesse sentido, as políticas educacionais e o currículo da educação contábil não podem ser “neutros”, pois a seleção de materiais didáticos, o desenvolvimento de procedimentos e a avaliação de atividades são influenciados por juízos de valor que refletem os interesses de diferentes classes (Hsiao & Cheng, 2006).

### **Educação Contábil no Brasil**

Ao estudar o desenvolvimento da contabilidade no Brasil, de 1860 a 1964, Rodrigues, Schmidt, Santos e Fonseca (2011) mostram como a contabilidade foi influenciada pela evolução econômica, social e política do país a partir de 1860. Nesse período, o sistema econômico brasileiro mudou de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial. A modernização, notável em várias áreas, foi evidente especialmente em empresas complexas, organizações e administrações federais, estaduais e locais. Durante esse período o liberalismo começou a perder influência e o Estado tornou-se corporativista. A contabilidade, então, foi aliada aos objetivos sociopolíticos do corporativismo.

Já sobre o século XX, Rodrigues et al. (2011) revelam a importância dada por Vargas ao papel da contabilidade na assistência à responsabilidade corporativa e pública e na instalação de sistemas de monitoramento. A necessidade de melhorar a responsabilidade pública exigiu mais contadores para apoiar as atividades administrativas do governo. Isso encorajou o desenvolvimento da educação contábil e da profissão. Embora o movimento acadêmico tenha sido importante, o estado corporativista de Vargas -herdado de Portugal- foi o principal responsável pela organização da profissão contábil em 1931, através da publicação no Diário Oficial da União do Decreto nº 20158, que regulava os estudos comerciais técnicos. Por isso, a contabilidade brasileira pode ser caracterizada como legalista, já que, como consequência do estado corporativista, o desenvolvimento da contabilidade brasileira foi principalmente impulsionado por mudanças legislativas, principalmente em relação ao imposto de renda. As qualificações técnicas e profissionais dos contadores foram consideradas importantes pelo Estado corporativista centralizado de Vargas.

Em contraponto à Vargas, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) priorizou uma economia capitalista privada, incorporando de imediato o reflexo de pós-guerra. Assumiu acordos com a política da ajuda internacional e acenou para a economia de desenvolvimento, amplamente difundida na América Latina, a partir daquela época, em decorrência da hegemonia norte-americana sobre o

ocidente. Mediados pelo Ponto IV<sup>2</sup>, os primeiros acordos de Assistência Técnica, entre Brasil e Estados Unidos, deram início a era da administração moderna no Brasil. Os acordos serviram como preparação das bases técnicas para a sustentação de um desenvolvimento econômico, conforme modelo capitalista das multinacionais, concretizado pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961; Couto, 1989).

A ajuda ofertada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para modernização da educação brasileira era mais uma tentativa de garantir o lucro dos capitais investidos no país, conforme o modelo educacional produzisse um contingente de mão de obra que fosse capaz de implantar o novo modelo econômico, inserido a partir de 1964 (Arapiraca, 1979). A ajuda é uma questão político-ideológica e não uma questão filantrópica, como explica Arapiraca (1979).

Quando se condiciona a ajuda à implementação de programas ou projetos, muitas vezes dimensionados a partir de instrumentos fornecidos pelos doadores, já se pode notar que o doador está querendo desenvolver prática de controle social a partir de modelos que lhe são próprios. Nessa colocação está implícito que, o que se busca muitas das vezes, é *modernizar* o receptor para *elevá-lo* à condição de *civilizado* e consumidor; para que a *incivilidade* desse não ofereça perigo à estabilidade do curso ascensional (*sic*) da comunidade do capital no seu processo de acumulação. Na verdade em todos os casos, inclusive pela ausência de técnicas apropriadas, não se ajuda às comunidades subdesenvolvidas simplesmente pelo prazer de ajudar, mas do ponto de vista de como esta pode ajudar à comunidade do capital a legitimar-se pela internalização de seus valores, a partir de toda uma política de substituição cultural: insinua-se uma neutralidade científica pela sua objetividade, e, a partir daí impõem-se racionalidades ditas científicas a todos os campos de saber das comunidades periféricas. Substituem-se as práticas históricas de subsistências sociais por modelos modernizadores dos centros hegemônicos. Projetam-se e desenvolvem-se tecnologias sofisticadas, mesmo que estas impliquem em problemas *sociais* nas periferias, conquanto que sirva para baratear o custo dos produtos que se passam a fabricar com objetivo de exportar toda produção em detrimento do padrão de consumo básico da população nativa. Essa transformação toda acontece sob o título de ajuda. Ajudam-se, assim, os países periféricos a ajudarem os países detentores do capital a acumularem riquezas. (Arapiraca, 1979, pp. 98-99)

Inicialmente os acordos de assistência técnica focavam especialmente na Administração pública e privada, depois se dirigiram principalmente para as áreas de Economia e Ensino Superior. No ensino, pode se citar como um exemplo: a assistência técnica oferecida pelos EUA ao Brasil por meio da Universidade de Michigan à Escola de Administração de Empresas de São Paulo (atualmente denominada FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), que foi estruturada nos padrões das escolas americanas de *Business Administration*, sendo a primeira nesses moldes na América Latina. O objetivo dessa parceria era a expansão de técnicas para a administração privada de modo a apoiar a nova estrutura econômica trazida dos Estados-Unidos (Couto, 1989).

O curso superior com duração de quatro anos que concede o título de Bacharel em Ciências Contábeis, surgiu com o Decreto-lei n.º 7.988, de 22.09.1945 (Peleias, Silva, Segreti, & Chiroto, 2007). A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) formou o primeiro núcleo

---

<sup>2</sup> O Ponto IV foi um programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e os países latino-americanos e ficou conhecido por este nome por ter sido o quarto ponto do discurso do presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse (Couto, 1989).

de pesquisa contábil no Brasil, conforme o modelo norte-americano, e foi a primeira instituição a implementar a pós-graduação *strictu sensu* na década de 1970, com o curso em Controladoria e Contabilidade, que também teve como referência o modelo norte-americano (Iudícibus, 2004; Rodrigues et al., 2012).

Assim, a década de 1960 foi o cenário de forte influência da escola norte-americana de Contabilidade em relação à escola europeia, até então predominante. Segundo Rodrigues *et al.*, (2012), um acontecimento marcante para o ensino da Contabilidade no Brasil foi a adoção, a partir de 1964, do modelo didático norte-americano, baseado na obra de Finney e Miller – *Introductory Accounting*. Peleias et al. (2007) apontam que essa ação foi a base para o lançamento, em 1971, do livro “Contabilidade Introdutória”, já com várias edições posteriores, e amplamente adotado nos cursos de Ciências Contábeis no país.

Ainda quanto à influência anglo-saxônica, pode-se citar que foi publicada no Brasil em 1976, a Lei 6.404 que regulamentava os princípios contábeis, com orientação norte-americana. Tal lei já sofreu várias modificações ao longo do tempo. Já no século XXI, uma importante alteração foi a convergência brasileira para as normas internacionais de contabilidade (IFRS). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou, em 13 de julho de 2007, a Instrução nº 457, que torna obrigatória a adoção dessas normas para as companhias abertas brasileiras nas suas demonstrações contábeis consolidadas a partir de 2010 (Oliveira & Lemes, 2011).

No entanto, faltam estudos sobre as determinações e implicações políticas dessa convergência (Homero, 2017a). Nesse sentido, Alawattage, Wickramasinghe e Uddin (2017) apontam a necessidade de uma maior teorização epistêmica das pressões globais para a mudança contábil e de como os tomadores de decisão em países em desenvolvimento percebem e traduzem essas mudanças e suas implicações, tendo em vista a forma como as reformas contábeis são comunicadas, implantadas e usadas localmente.

O desenvolvimento de novas teorias tem examinado criticamente os impactos contábeis sobre as economias locais. Entre as descobertas recorrentes estão as de que o conhecimento e as práticas contábeis em países em desenvolvimento são conduzidos por instituições internacionais de contabilidade, como o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *International Federation Accountants* (IFAC), como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as Organizações das Nações Unidas (ONU), que atuam como agentes mediadores, e ainda as grandes empresas de consultoria do Norte (geralmente *Big Four*), que trazem os detalhes técnicos para as demais regiões. Juntos, eles reproduzem os sistemas e a ideologia do Norte em setores públicos e privados, e muitas vezes outros interesses comerciais do Norte, como os serviços financeiros, onde as grandes empresas de contabilidade e as associações de contabilidade do Norte buscam uma expansão global. Infelizmente, muitas organizações de contabilidade transnacionais não conseguem reconhecer que os países em desenvolvimento estão sub-representados na IFAC e, em particular, no IASB; que o IASB tem mostrado pouca vontade de enfrentar desafios à sua autoridade e à sua legitimidade. Isso é o resultado da assimetria de poder entre: os governos do Norte e do Sul, e da influência das associações profissionais, das multinacionais e dos padronizadores transnacionais de contabilidade e auditoria. Muitos países não possuem recursos, *expertise* e, às vezes, liderança para influenciar os princípios e práticas contábeis globais (Hopper et al., 2017). Essa característica situa geopoliticamente o desenvolvimento da educação contábil e as políticas de ensino e treinamento em um contexto de avanço do neoliberalismo sob a representação e ação dessas instituições.

## Aspectos do Neoliberalismo

Há muitas abordagens no entendimento do neoliberalismo, mas o conceito geralmente é apresentado a partir de uma ideia central na qual o mercado (privado) é o melhor mecanismo para

atender as aspirações humanas, e melhor, em particular, do que Estado, que é ineficiente e considerado como uma forma de restrição à liberdade. Em uma perspectiva crítica, “O mercado” é um eufemismo para se referir aos “proprietários e administradores do capital, especialmente o capital financeiro”. Dizer que “o mercado” é o melhor mecanismo para atender as aspirações humanas é dizer que o estado e as políticas públicas devem refletir o que os donos e administradores do capital querem – “devem refletir” porque suas preferências para as instituições e políticas estatais irão beneficiar, supostamente, toda a sociedade mais do que as preferências de outras categorias, como trabalhadores organizados em sindicatos, por exemplo (Wade, 2013).

O “mercado”, como um ponto fundamental da mentalidade neoliberal, traz ao reboque as noções de concorrência, consumismo, *branding*, individualismo, preocupação constante com lucratividade e produtividade, bem como do cálculo monetário da perda e do ganho. Outra característica importante do neoliberalismo é o endosso ao multiculturalismo, ao cosmopolitismo à globalização e aos benefícios da ideia de “*borderless world*” (Ohmae, 1989). Pode parecer uma doutrina emancipadora à primeira vista, entretanto, essa abordagem multicultural não-crítica destaca e até mesmo apoia o sucesso social de alguns poucos membros dos grupos minoritários (raciais, religiosos, étnicos), deslocando a culpa das estruturas sociais injustas para os próprios indivíduos desfavorecidos. No entanto, o neoliberalismo não é apenas uma instituição econômica; afeta também o social e a vida das pessoas, de modo que os valores neoliberais são usados para definir a felicidade e outras dimensões da vida humana que são definidas a partir do sucesso material (Babaii & Sheikhi, 2017).

O neoliberalismo carrega aspectos fundamentais do liberalismo clássico. O individualismo exacerbado; o apego desmedido às liberdades individuais, sobretudo às econômicas, com destaque para o princípio da inviolabilidade da propriedade privada; a aversão a um tipo específico de igualdade (substantiva e não apenas formal ou jurídica), ainda que relativa, deliberadamente produzida por determinada intervenção estatal; a apologia a uma ordem de intensa competição social, baseada numa suposta livre concorrência em um mercado igualmente livre; a visão do Estado como um mal necessário, onde a decorrência lógica é o ideal do Estado mínimo; a recusa à política enquanto possível contraponto a uma suposta racionalidade econômica superior (Vidal, 2006).

A ideologia neoliberal reforça a crença baseada na responsabilidade individual que, em conjunto com a financeirização, complementa os parâmetros legais restritivos pelos quais os grupos subjugados devem se engajar em estratégias desesperadas de sobrevivência. Segundo Stuckler e Basu (2014), regimes de austeridade ligados ao capitalismo neoliberal exigem que aqueles que são sistematicamente empobrecidos suportem um desafio perpétuo de desemprego, baixos salários, trabalho precário, insegurança habitacional e alimentar, a exposição a toxinas, estresse psicológico, condições crônicas de saúde, emergências médicas sem redes de segurança social, etc. Isso obriga os mais vulneráveis da sociedade a assumir dívidas intransponíveis por meio de empréstimos predatórios. As pessoas são, portanto, feitas para pensar, sentir e agir como sujeitos neoliberais que devem se envolver na economia financeiramente especulativa como instrumentos de dívida e de risco, e são os únicos responsáveis por determinar se sobrevivem ou prosperam (Haiven, 2014). Assim, a financeirização é considerada um estágio natural do desenvolvimento capitalista e leva essas realidades a um nível totalmente novo. Suas estruturas de poder estão alinhando às agendas políticas nacionais e internacionais para atender seus interesses, resultando na expansão e intensificação do militarismo, imperialismo, colonização, genocídio, exploração, desigualdade e privação de direitos. Uma vez que essas forças são dirigidas por potências ocidentais, a supremacia branca e a hegemonia cristã (e suas construções associadas do patriarcado) estão profundamente enraizadas em suas ideologias e práticas (Scott, 2017).

A partir de meados do século XX, os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) tornaram-se o principal instrumento neoliberal. Por meio do endividamento, de um país, ocorre a

colonização financeira através das instituições de crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Os PAEs são políticas de livre mercado muito específicas que “países em desenvolvimento” endividados (devastados pelos processos de colonização em todo o sul global) devem adotar, a fim de receber novos empréstimos para poder pagar suas dívidas, e como o único método confiável de reformar uma economia deficitária e colocar as economias subdesenvolvidas no caminho para o desenvolvimento (de livre mercado) e permitir que elas participem do comércio internacional (Scott, 2017).

As políticas de reforma ideológica e operacional associadas às condicionalidades do PAE incluem: disciplina fiscal; redirecionar a despesa pública; reforma tributária; liberalização financeira; adoção de uma taxa de câmbio única e competitiva; liberalização do comércio (comércio livre); eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação da entrada no mercado e da concorrência; e direitos de propriedade seguros (Lopes, 2012).

Na prática, esses instrumentos aumentam a desigualdade, reforçam a supremacia branca e aprofundam a pobreza. A austeridade reforça a dinâmica social fundamental do capitalismo - inerentemente ligado ao colonialismo e à supremacia branca - que depende de uma pequena minoria cujo poder e riqueza são derivados apenas da dominação e da exploração de grupos de pessoas (colonizadas) estratificados e descartáveis (Scott, 2017).

Os aspectos do neoliberalismo, como a financeirização, a austeridade e, conseqüentemente, a liberalização financeira, a liberalização do comércio e a eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro direto, têm sido objeto de estudos na contabilidade e serão vistos na seção a seguir.

## **Contabilidade e Neoliberalismo**

Um tema central nos estudos contábeis críticos é a localização da contabilidade dentro de estruturas, processos, instituições e discursos políticos mais amplos. Os teóricos críticos veem a contabilidade simultaneamente como um produto e um elemento constitutivo de dinâmicas políticas amplas. Para esses autores existe uma relação dinâmica entre a contabilidade e seu contexto político institucional: embora a contabilidade evolua com a dinâmica do capitalismo e da modernidade, ela também contribui para o desenvolvimento capitalista (Alawattage et al., 2017).

A relação entre contabilidade e neoliberalismo tem sido objeto de pesquisa há alguns anos. Na maioria dos casos, os pesquisadores exploraram as formas como a contabilidade funciona como uma tecnologia do neoliberalismo, expondo as capacidades da contabilidade para fazer com que a ideologia pareça factual, demonstrando sua capacidade de despolitizar as preocupações normativas ao fazê-las parecerem calculáveis e mostrando como a regulamentação e padronização das informações contábeis são uma ferramenta bem sucedida para a tomada de decisões, mascarando os privilégios que as informações contábeis oferecem ao capital. Grande parte das pesquisas críticas forneceram informações importantes sobre a maneira como a contabilidade pode ser aproveitada para fornecer uma justificativa para as reformas neoliberais, ao sensibilizar para a potência política da contabilidade e demonstrar o significado da contabilidade na implantação de políticas e práticas neoliberais (Andrew & Cahill, 2017).

Zhang, Andrew e Rudkin (2012) estudaram a implementação do valor justo na China como parte do processo de neoliberalização e financeirização do sistema político e econômico. A fim de contribuir para uma compreensão mais profunda desses processos e para o papel que a contabilidade desempenha dentro deles, Zhang & Andrew (2014) reexaminaram o Conceptual Framework (CF) das normas internacionais para mostrar como o CF forma uma parte importante da arquitetura neoliberal, ao proporcionar coerência e legitimidade às suas ideias-chave. E sugere que

o CF está posicionado dentro de uma literatura mais ampla sobre neoliberalismo e financeirização, pois funciona para reforçar os interesses do capital financeiro.

Chiapello (2016) adota um conceito de financeirização como uma forma de colonização gradual por técnicas e métodos de cálculo “financiados”, ou seja, o mundo estaria sendo colonizado pelas técnicas e métodos que favorecem a colonização, de tal modo que o colonizador seria o mercado financeiro. Adicionalmente, discute se a onda de financeirização está inextricavelmente ligada, tanto ideologicamente como na prática, às teorias econômicas neoliberais e aos instrumentos e conceitos desenvolvidos pela teoria financeira moderna. Argumenta que as normas internacionais de contabilidade possuem uma visão do mundo e de princípios de cálculos que contribuem para o processo de financeirização da economia em dois níveis.

Em um primeiro nível, esses padrões contábeis incorporam postulados e convenções de cálculos que estão enraizadas na teoria financeira e promovem o ponto de vista e os interesses dos atores financeiros, que são considerados por essa teoria como os melhores para decidir entre potenciais investimentos visando ao bem comum. Em um segundo nível, o efeito é muito mais prosaico: diz respeito à singular capacidade de a contabilidade de declarar riqueza e desencadear imediatamente as distribuições econômicas. Nesse nível, as novas convenções de cálculo adotadas tiveram efeitos diretos sobre fluxos econômicos, em benefício dos atores do mundo das finanças.

Para a autora, a financeirização da contabilidade tem efeitos na educação, no desenvolvimento da compreensão do mundo, e acaba incentivando os atores a mudarem suas práticas e suas maneiras de agir em resposta ao que a nova contabilidade mostra e aos esquemas de interpretação que ela traz consigo.

## **Metodologia**

O trabalho de decodificar o conteúdo das técnicas contábeis e relacioná-las aos discursos em torno de suas origens, e revelar suas fontes ideológicas, é uma perspectiva dentre várias para se estudar a influência da agenda neoliberal na construção das técnicas contábeis e na educação contábil, consequentemente. O neoliberalismo, aqui, é tratado como discurso, e as ideias neoliberais estão inseridas na produção de ferramentas e dispositivos contábeis, sob a forma de convenções, princípios (Chiapello, 2017).

Não há neutralidade na educação, toda prática de ensino, de pesquisa é guiada por discursos e suposições particulares que podem ou não ser explícitas (Freire, 2008). Portanto, este trabalho é moldado por suposições epistemológicas de que o conhecimento, a produção de conhecimento, o ensino e a aprendizagem estão sempre situados em sistemas de crenças e relações de poder particulares. Portanto, este trabalho está posicionado no campo da pesquisa contábil crítica/interpretativa que se propõe a discutir a educação contábil no Brasil como um problema colonial. A pesquisa crítica pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento de princípios contábeis e da teoria, já que o desenvolvimento dos princípios contábeis pelos padronizadores é um processo pragmático e político baseado na intervenção humana (Coetsee, 2010).

Com base nos pressupostos acima, o objetivo desta pesquisa foi identificar traços da ideologia neoliberal nos princípios contábeis disseminados na educação no Brasil. Para atingir o objetivo proposto, foi feita uma análise do discurso no: livro didático de Contabilidade Introdutória da FEA USP ed.11 e no pronunciamento técnico CPC 00 (R1). A escolha do livro se deve ao fato de que foi um acontecimento marcante para o ensino da Contabilidade no Brasil e é amplamente utilizado nos cursos de graduação em Ciências Contábeis (Peleias et al., 2007).

O livro da Equipe de professores da FEA/USP (2010) tem quase cinquenta anos desde o seu lançamento e é um sucesso editorial. De acordo com os dados levantados por Andrade (2002), é

o livro mais utilizado nas aulas de contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil. A primeira edição do livro foi lançada em 1971 e escrita pelos professores de Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O livro foi uma mudança em direção a “uma atitude mais pragmática, representada pela escola norte-americana, mais preocupada em apresentar essa disciplina como poderoso instrumento de administração” (FEA/USP, 2010, p. XV). Até o momento, o livro já teve doze edições, sendo sua última atualização lançada em 2019 pela editora Atlas, o que indica que o livro possui grande influência na formação de várias gerações de contadores no país.

Os princípios contábeis geralmente abordados nos livros didáticos de contabilidade como, por exemplo, no livro de Contabilidade Introdutória da FEA/USP, passaram a ser tratados como características qualitativas da informação contábil. Com a revogação da Resolução 750/1993 que dispunha sobre os princípios de contabilidade, passou a vigorar a Resolução 1.374/2011 – NBC TG Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil e Financeiro, em concordância com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem por base *The Conceptual Framework for Financial Reporting* divulgado pelo IASB. Por isso, a análise do discurso do presente estudo vai focar, nos capítulos 1 e 10 do Livro de Contabilidade Introdutória da FEA, em conjunto com o CPC 00, nas partes que abordam os objetivos da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro e as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. É importante analisar os objetivos pois as características fluem deles (CPC, 2011, OB1).

A análise do discurso é feita, então, a partir do esquema de Thompson (2011) sobre os modos linguísticos típicos através dos quais a ideologia opera. A estrutura de Thompson destina-se a revelar maneiras pelas quais o significado é produzido para estruturar e manter relações sociais assimétricas. O modelo consiste em cinco modos gerais de operação ideológica: legitimação, fragmentação, unificação, reificação e dissimulação. Cada um destes é explicado na figura 1. Embora esses conceitos sejam um recurso metodológico, por uma questão didática, serão aprofundados na próxima seção.

Esses modos de operação da ideologia e os métodos de construção simbólica a eles relacionados são indícios da presença da ideologia. Eles oferecem formas de analisar textos para entender como palavras e símbolos podem ser usados para disseminar a ideologia dentro de configurações específicas. Quando estudados em conjunto com uma compreensão do cenário sócio histórico, os textos e sua construção simbólica oferecem informações sobre o processo de criação de ideologia. Thompson (2011, p. 16), define a ideologia não como um conjunto particular de ideias, mas sim como um processo que mantém relações de poder assimétricas. Estudar ideologia significa investigar “as maneiras pelas quais o significado serve para sustentar as relações de dominação”.

Espera-se que os resultados desta pesquisa sejam benéficos para a contabilidade, já que, conforme Coetesse (2010), estudos críticos rompem com o estrangulamento do regime positivista e abrem a contabilidade para uma diversidade de abordagens de pesquisa que tem o potencial de melhorar coletivamente o *status* da pesquisa e possivelmente a teoria contábil.

É importante destacar que a estrutura de Thompson (1990, 2011) delinea três fases distintas -a análise sócio histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. Ferguson et al. (2009) apresenta uma síntese da estrutura analítica de Thompson (1990, 2011) que facilita a compreensão da mesma (ver figura 1). A esse respeito, o presente estudo, de forma similar a Ferguson et al. (2009), limita-se às estratégias ideológicas típicas encontradas em livros de contabilidade, analisando e interpretando o contexto sócio histórico, mas não a produção ou recepção dessas estratégias.



Tabela 1  
*Modos e estratégias linguísticas de ideologia*

Modo	Estratégia	Descrição
Legitimação	Racionalização	Justifica ou racionaliza relações sociais.
	Universalização	Argumenta que as relações institucionais que servem a alguns grupos beneficia todos.
	Narrativização	As relações sociais atuais estão localizadas dentro de tradições e histórias do passado.
Dissimulação	Deslocamento	Uso de um termo que normalmente se refere a outra coisa.
	Eufemização	Mudança na linguagem descritiva que dá às relações sociais um viés positivo.
	Tropo	Inclui sinédoque, metonímia e metáfora.
Unificação	Padronização	Padronização de linguagens e símbolos para criar uma união de indivíduos ou grupos.
	Simbolização da unidade	Adoção de um conjunto compartilhado de símbolos para criar identidade coletiva.
Fragmentação	Diferenciação	Ênfase nas diferenças entre os grupos.
	Expurgação do outro	Criação de um inimigo comum - unir pessoas em oposição.
Reificação	Naturalização	Apresentar situações como naturais e como resultado de um processo histórico natural
	Eternização	Retratação de situações sem seu histórico
	Nominalização	Atores e ação são transformados em substantivos dentro de uma frase

*Nota:* Traduzido de Ferguson et al. (2009) com base em Thompson (1990).

A atuação da ideologia não se restringe aos cinco modos descritos e eles não necessariamente atuarão independentemente uns dos outros. É possível que a ideologia opere de outras maneiras ou que modos diferentes se sobreponham. As estratégias listadas não são exaustivas, e as que estão listadas não são “unicamente associadas” aos modos com os quais foram identificadas. As estratégias delineadas não são ideológicas em si, mas dependem de como a forma textual construída por meio dessa estratégia é usada e entendida em circunstâncias particulares - isto é, se serve para sustentar relações de poder em um contexto particular (Thompson, 2011), como o processo de padronização das normas contábeis. Portanto, os modos de operação da ideologia identificados serão relacionados a possíveis características da ideologia neoliberal e interpretadas dentro de um contexto pós-colonial.

Os problemas coloniais estão para além do que uma análise de discurso poderia capturar, entretanto, o entendimento aqui é de que o discurso pode refletir a ideologia do colonizador e de

que este discurso pode se disseminar e se perpetuar por meio da educação, se não houver criticismo sobre essas questões.

Questões sobre como, quando e onde o texto é escrito, por quem, para quem, a linguagem usada, os fatos e figuras transmitidas e ocultas, as tradições e debates nos quais ele intervém e influencia, todos se juntam para criar uma realidade textual. A realidade textual é o resultado da maneira como o colonizado assimila os discursos colonizadores, que são originados do Norte Global (Alawattage & Fernando, 2017).

Discursivamente, o decolonialismo contesta a subalternidade e o legado colonial. O decolonialismo é uma estrutura teórica adequada para a pesquisa contábil porque o problema colonial existe, entre outros, em espaços textuais onde se manifestam antagonismos, subalternidades e resistências. No entanto, o texto e o contexto formam uma dualidade. Elementos contextuais, como história, ideologia e cultura, não meramente baseiam o texto, mas constituem um significado textual essencial e, inversamente, as representações textuais são fundamentais para a criação da história, da cultura e da ideologia. Assim, as práticas textuais não são apenas modos de representação, mas também modos de reprodução (Alawattage & Fernando, 2017).

## **Análise do Discurso**

A seguir apresentam-se os resultados da análise do discurso encontrados para os cinco modos gerais de operação ideológica que constituem o esquema de Thompson (2011): legitimação, fragmentação, unificação, reificação e dissimulação.

### **Legitimação**

A legitimação é o processo pelo qual os conjuntos de relações sociais são representados como adequados e justos (Thompson, 2011). Pode-se dizer que as estratégias de legitimação: - racionalização e universalização- são percebidas na análise.

Por meio da racionalização, “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Thompson, 2011, pp. 82-83).

A escolha do conjunto de características qualitativas da informação contábil selecionado pelo IASB mostra-se racionalizado por meio de pressupostos relacionados à eficiência do mercado, ou seja, a contabilidade, ao adotar características (princípios) de relevância e representação fidedigna, estaria promovendo a eficiência do mercado. Como sugere o trecho a seguir.

A apresentação de informações financeiras que sejam relevantes e representem de forma fidedigna aquilo que pretendem representar ajuda os usuários a tomar decisões com mais confiança. Isso resulta no funcionamento mais eficiente dos mercados de capitais e no menor custo de capital para a economia como um todo. (CPC 00, 2019, 2.41)

Esse achado corrobora a afirmação de Wade (2013) na qual a contabilidade acaba por reforçar a ideia neoliberal, baseado numa racionalidade econômica dominante de que o mercado seria o melhor mecanismo para atender as necessidades humanas.

O conceito de informação relevante e fidedigna (características fundamentais) pode ser interpretado como sendo racionalizado no sentido de legitimar o funcionamento do mercado de capitais. Tão logo, a relação que se legitima é a de que os princípios devem ser criados, modificados e alterados em função de práticas que favoreçam o mercado financeiro. Isso vai ao encontro de um trecho do livro didático que argumenta que a contabilidade está intimamente ligada ao capitalismo, e consequentemente, suas variações até os dias atuais:

O desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial. Todavia a economia de mercado e seu florescer foram, por sua vez, fortemente amparados pelo surgimento e aperfeiçoamento das partidas dobradas, o que equivale a dizer que se verificou uma interação entre os dois fenômenos. (Iudícibus et al., 2019, p. 1)

Isso também é discutido por Chiapello (2016) que observa que a contabilidade desempenha um papel crucial na estruturação do capitalismo e que os sistemas contábeis são, portanto, fundamentais para o funcionamento do sistema econômico que eles ajudam a produzir. Diz ainda que a contabilidade também ajuda a construir o capitalismo, por meio, por exemplo, da financeirização da economia com viés neoliberal. Nesse mesmo sentido Hines (1988, 1991) argumenta que a realidade econômica é uma construção social que é afetada por muitos fatores culturais e defende que a contabilidade não apenas representa a realidade, mas ajuda a construir a realidade.

Já a estratégia de universalização, por sua vez, ocorre quando “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (Thompson, 2011, p. 83). Cabe destacar que o texto do CPC 00 – R2 (2019, SP1.5) é apresentado como tendo a missão de:

Desenvolver pronunciamentos que tragam transparência, prestação de contas (*accountability*) e eficiência aos mercados financeiros em todo o mundo. O trabalho do IASB atende ao interesse público ao promover a confiança, o crescimento e a estabilidade financeira de longo prazo na economia mundial.

Deste trecho pode se perceber o carácter de universalização das normas assim como a percepção de que ao atender o mercado financeiro atende-se ao interesse público. Entretanto, embora não seja errôneo dizer que a eficiência do mercado financeiro seja parte do interesse público, uma vez que parte da sociedade se beneficia disto, não se pode universalizar esse interesse como sendo de toda a sociedade.

Mais adiante no texto do CPC é esclarecido que o foco da norma são os investidores e os credores. E elabora que: “Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos (...) Ao desenvolver os Pronunciamentos, busca-se fornecer um conjunto de informações que atenda às necessidades do maior número de principais usuários” (CPC, 2019, 1.10).

Logo, o entendimento é de que os principais usuários são investidores e credores, embora não se possa dizer que estes são numericamente os maiores usuários da contabilidade. É importante, então, destacar que quando o CPC se refere a “maior número de principais usuários” o que se quer dizer, possivelmente, é que se busca atender ao maior número de usuários dentro deste nicho de usuários específicos. Esta ressalva é importante pois, ao se falar em maior número pode-se remeter à ideia de democratização da contabilidade, quando o objetivo das normas internacionais é atender às necessidades de usuários estratégicos em uma sociedade capitalista, uma vez que são estes os maiores detentores dos recursos financeiros (investidores e credores). Assim, é dada uma importância secundária à sociedade por não ser tratada como principal usuário, mesmo que seja um conjunto numericamente maior de pessoas.

Isso se deve ao fato de a contabilidade ter raízes profundas no capitalismo e ter se desenvolvido com foco em empresas e mercados financeiros. Isso acaba por influenciar acadêmicos, profissionais e educadores da área de contabilidade a se concentrarem no desenvolvimento de teoria

e prática que priorizem as demandas de informações dos investidores e a maximização da riqueza dos acionistas em detrimento de outras partes interessadas. Nesse processo acabam sendo subestimados ou ignorados diversos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta, incluindo questões sobre responsabilidade corporativa, sustentabilidade ecológica e justiça social (Brown & Dillard, 2019).

O CPC acrescenta que “concentrar-se em necessidades de informação ordinárias não impede que a entidade que reporta inclua informações adicionais que sejam mais úteis para um subconjunto específico de principais usuários” (CPC, 2019, 1.8). No entanto, é curioso observar que uma normatização que se pretenda universal, não se proponha a atender toda sociedade, mas apenas grupos específicos. Mesmo que exista uma limitação na amplitude de uma norma, é válido então ressaltar que houve uma escolha em prol de investidores e credores, ao invés de outros possíveis usuários da contabilidade.

Além disso, a universalização pode ser identificada quando se analisa o contexto pelo qual os princípios foram revogados e redirecionados para o que se denomina como características qualitativas de informações financeiras úteis. Essa é uma escolha política que pressupõe uma equivalência dos princípios fundamentais da contabilidade a um conjunto de características qualitativas. A estratégia da universalização, em outras palavras, é perceptível quando princípios que fundamentam todos os ramos da contabilidade são substituídos por um único conjunto de características elaboradas para satisfazer as necessidades de um grupo limitado de usuários do mercado financeiro. Essa mudança parece apoiar a estrutura econômica neoliberal, ao priorizar acionistas e credores nas listas daqueles para quem a informação contábil pode ser preparada (Ferguson et al., 2009).

As necessidades dos usuários do mercado financeiro, ou seja, de investidores e credores, como sendo prioritárias, universaliza e legitima as relações sociais sob o padrão do mercado, em detrimento de outros interesses da sociedade, como por exemplo, dos trabalhadores, ou até mesmo, de micro e pequenos empresários que não têm, necessariamente, os mesmos interesses dos grandes investidores corporativos. Sob uma perspectiva decolonial faz-se importante, a partir disso, questionar como a contabilidade pode ser democratizada de modo a permitir o desenvolvimento de abordagens pluralistas, da teoria e prática, contábeis que permitam o engajamento de perspectivas sociopolíticas divergentes, como por exemplo o desenvolvimento de uma contabilidade financeira cujo objetivo principal não seja garantir a eficiência de mercado, mas a justiça socioeconômica, a sustentabilidade etc.

No material didático, os princípios que antes eram a representação “das várias estruturas conceituais que pensadores contábeis apresentaram a fim de entender o arcabouço da doutrina contábil” (Iudícibus et al., 2010, p. 296), e atender a todos os usuários da contabilidade, agora atendem apenas a investidores e credores. Portanto, esse processo de padronização internacional das normas contábeis vai ao encontro de valores neoliberais, pautados na ideia de um mundo globalizado, sem fronteiras, regulado, principalmente, pelos interesses do mercado.

No que diz respeito à prioridade dada a determinados grupos, o livro aponta os usuários da informação contábil em uma ordem específica, impondo então uma ordem de prioridade. Pode-se legitimamente supor que foram ordenados em termos da importância relativa percebida de cada grupo de usuários e seu direito à informação financeira. Assim, a classificação das partes interessadas parece apoiar a estrutura econômica atual ao priorizar os acionistas e administradores nas listas daqueles para os quais a informação contábil pode ser preparada (Ferguson et al., 2009). São eles: sócios e acionistas, os administradores ou gestores, os credores ou bancos, o governo ou Estado e, por fim, as pessoas físicas. Mas as pessoas físicas não são apresentadas como tendo interesse nas informações das empresas, e sim, como interessadas em informações de contabilidade de uso pessoal, por exemplo, no orçamento doméstico (Iudícibus et al., 2010).

Os autores do livro ainda escrevem que "o tipo e a qualidade da informação que a Contabilidade deve estar em condições de fornecer a vários grupos de pessoas cujos interesses nem sempre são coincidentes, embora não se chegue ao exagero de afirmar que sejam conflitantes." (Iudícibus et al., 2019, p. 2). Dessa forma, os autores minimizam os possíveis conflitos de interesses de informação que poderiam existir, por exemplo, entre as pessoas físicas que são trabalhadores de determinada empresa e seus acionistas. Assim, presume-se que a informação que atende ao mercado responderia também aos interesses de todos.

Mais adiante no livro, quando coloca o contador no centro de interesses divergentes, o conflito é apresentado apenas sob a ótica do mercado, por exemplo, interesses entre acionistas minoritários e majoritários. Essa ordem específica de prioridades no trato dos usuários pode ser justificada com base nas premissas adotadas no próprio livro:

Hoje, o método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim. (Iudícibus et al., 2019, p. 1)

Embora reconheça que a contabilidade serve para além dos interesses do capital, os autores não apontam em momento algum uma crítica ao fato de que a adoção da IFRS é voltada, essencialmente, para o mercado de capital. Talvez os autores não o façam por estarem engajados com entidades de fins lucrativos, como deixa claro o trecho a seguir:

É necessário notar, entretanto, que este livro de Contabilidade Introdutória, embora tenha como finalidade a explicação do mecanismo de funcionamento da Contabilidade, que é universal, apoia-se, preferencialmente, em seus exemplos e aplicações, na experiência fornecida e vivida pelas empresas, isto é, em entidades de finalidades lucrativas. (Iudícibus et al., 2019, p. 1)

As premissas traçadas no livro retratam a relação, íntima, da contabilidade com o capitalismo e a contabilidade com foco em entidades que visam ao lucro. Em termos de estratégia de legitimação, os conjuntos de relações sociais são representados como adequados e justos.

### **Dissimulação**

O modo de ideologia dissimulação refere-se à ocultação ou obscurecimento. É evidente que, nos textos de contabilidade, o uso figurativo da linguagem não é tão aparente como poderia ser, por exemplo, em um discurso político (Ferguson *et al.*, 2009). No entanto, existem alguns termos comuns, tais como "objetivo" e "neutro", que são recorrentes nos textos analisados, como mostra a afirmação:

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível. (CPC 00, 2019, 2.13)

Os termos "objetivo" e "neutro" podem obscurecer o carácter muitas vezes arbitrário e subjetivo das escolhas contábeis, em prol de associações positivas que dão um carácter puramente racional e lógico à prática contábil. Nesse sentido, não se pode argumentar de maneira conclusiva que esse trecho emprega a estratégia de deslocamento. Ou seja, não haveria um deslocamento da contabilidade enquanto ciência social, de carácter subjetivo e até mesmo político, para uma ciência exata, objetiva, neutra.

Entretanto, o CPC entende que:

A representação neutra não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento.

Mas será mesmo que a própria Estrutura Conceitual, ou mesmo a contabilidade, já não é intrinsicamente tendenciosa, uma vez que se escolheu dentre várias opções possíveis uma determinada forma de apresentar as informações financeiras? O entendimento aqui, com base no referencial teórico apresentado anteriormente é que sim, a contabilidade não pode ser neutra nem mesmo se considerarmos que a neutralidade é posta como um objetivo a ser alcançado.

Sendo assim, é possível interpretar que o deslocamento pelo termo neutro serviria como uma forma de obscurecer o cálculo interessado promovido pela contabilidade como explica Caillé (2001):

A especificidade das sociedades modernas reside na legitimação do utilitarismo vulgar e, mais precisamente, na do utilitarismo economicista. O momento decisivo desta legitimação é, como sugeriu Max Weber, constituído pela Reforma. Mas esse trabalho da legitimação da procura dos interesses materiais começa muito antes. Em Florença, já em finais do século XIV e começos do século XV se explica que a realização do amor de Deus e do próximo passa pelo enriquecimento material. (Caillé, 2011, p. 34)

Curioso notar a menção à legitimação do utilitarismo, no início do século XV na Itália, já que é o mesmo país e período que viveu Luca Pacioli, considerado como o pai da contabilidade moderna e disseminador do método das partidas dobradas, método que, mesmo após tantos séculos, ainda permanece fundamental à contabilidade.

Indo além no aspecto de dissimulação, embora não seja explicitamente delineado por Thompson (2011) como uma estratégia ideológica, pode-se também, analisar legitimamente o que é omitido dos textos de contabilidade sob este modo. Assim, há algum espaço, sob o modo de dissimulação, para considerar o que eles não incluem. A análise de omissões nesta pesquisa se baseia no estudo de Ferguson et al. (2009) que, por sua vez, se baseia nos trabalhos de Sikka, Haslam, Kyriacou e Agrizzi (2007) e Zeff (1988), que destacaram anteriormente a exclusão de certas questões em outros livros didáticos de contabilidade.

Um aspecto ausente no capítulo sobre princípios contábeis do livro Contabilidade Introdutória é a questão do *lobbying*, que ocorre durante o processo de definição de padrões contábeis. É certo que os livros didáticos de contabilidade financeira introdutórios tendem a não explicitamente abordar com especificidade cada padrão contábil - no entanto, isso não deve impedir que os livros didáticos pelo menos reconheçam que as regras da contabilidade são o resultado de um processo político, muitas vezes influenciado por grupos poderosos na sociedade (Sikka et al., 2007). Sobre a questão do *lobbying* no IASB, as empresas americanas têm mais chances de ter suas sugestões aceitas pelos órgãos reguladores, em relação a empresas de outros países. Há ainda uma correlação entre os comentários das grandes firmas de auditoria e as decisões do IASB. Os comentários das *Big Four* mostraram ter até 5 vezes mais chances de ser aceitos pelo regulador, do que os comentários feitos por outros interessados. “A cumplicidade ideológica documentada nas pesquisas, entre as *Big Four* e o regulador internacional, facilita a associação entre as ideias das entidades e implica na possibilidade de influência dessas firmas sobre as decisões do IASB” (Carmo, 2014, p. vi).

Embora possa ser considerado que a utilização do deslocamento nos textos seja inconclusiva, ainda é possível argumentar que, por meio da omissão de determinados assuntos, como *lobbying*, questões sociais e ambientais mais amplas que circundam os aspectos da contabilidade financeira, o texto acaba por dissimular o carácter político em prol de uma racionalidade econômica que beneficia a determinados grupos.

### Unificação

Thompson descreve a unificação como:

Relações de dominação que podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Uma estratégia típica através da qual este modo é expresso em formas simbólicas é a estratégia da padronização. Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. (...). Outra estratégia de construção simbólica através da qual a unificação pode ser conseguida é o que podemos descrever como a simbolização da unidade. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos (Thompson, 2011, p. 86).

No livro *Contabilidade Introdutória*, o arcabouço teórico dos princípios e convenções é “um resumo de vários trabalhos, como os de Hendriksen e Van Breda (...) e Sergio de Iudícibus” (Iudícibus et al., 2019, p. 218), ou seja, há um compilado de vários trabalhos que nem sempre são concordantes entre si; portanto, há espaço para diferentes interpretações, mas a padronização aos parâmetros internacionais é a única fonte das interpretações atuais.

Embora um certo nível de padronização seja até natural, haja vista que a contabilidade é uma profissão bastante regulamentada, se analisarmos o contexto dessa padronização e a quem ela se destina (investidores e credores), pode-se perceber um modo de ideologização em favor do mercado financeiro sem fronteiras. Há uma unificação ao se ceder aos princípios elaborados por um órgão privado, o IASB, que tem como foco um pequeno grupo de usuários, em detrimento dos princípios e convenções contábeis elaborados por diversos autores. Ao invés dos princípios serem de toda a contabilidade, tais como a gerencial e ambiental, há uma construção da identidade da contabilidade como sendo principalmente financeira, como pode ser percebido no trecho:

Tratando-se de um trabalho de introdução à Contabilidade, este livro, forçosamente, dará maior ênfase à *Contabilidade Financeira*, que desempenha os mecanismos básicos de acumulação de dados, registros, relatórios e análises dentro da empresa, mas não deixará de fornecer visão embrionária das funções da *Contabilidade de Custos* e da *Análise e interpretação de Balanços*, que se acham intimamente ligadas àquela e que são, de certa forma, uma sequência natural da *Contabilidade Financeira*. (Iudícibus et al., 2019, p. 7)

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2018) afirma que “O IASB tem como objetivo desenvolver, com base em princípios claramente articulados, um conjunto único de normas de contabilidade de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente”. Entretanto, é uma instituição que presta contas “ao Conselho de Monitoramento (*Monitoring Board*), constituído por autoridades representativas do mercado de valores mobiliários”.

Portanto, há um alinhamento com os interesses do mercado de capitais e das instituições contábeis. Nesse sentido, o entendimento, aqui neste trabalho, acerca do CPC 00, é o mesmo de

Zhang e Andrew (2014). Ou seja, de que houve um reposicionamento estratégico da prática contábil como parte da arquitetura do neoliberalismo e como um facilitador da financeirização - as mudanças (ainda que sutis) são profundamente ideológicas, pois aprofundam os valores do neoliberalismo dentro da estrutura conceitual, tornando-os um núcleo lógico na prática contábil.

Essa simbolização, que reduz (ou prioriza em demasia) os usuários da contabilidade a apenas investidores e credores, junto com padronização, acaba por unificar os interesses do mercado financeiro e das instituições contábeis, já que unifica os padrões e facilita as operações no mercado globalizado de modo que haja as menores resistências e barreira possíveis a fluxos financeiros, o que tende a favorecer a financeirização da economia.

Uma ideia bastante recorrente em relação às normas internacionais era que estas apoiariam os fluxos globais de capital por meio de um sistema contábil robusto, confiável e relevante. Esse fluxo desimpedido de capital é fundamental para uma economia global neoliberal. A globalização das normas contábeis libera um dos impedimentos locais para otimizar as condições das empresas e do capital (Zhang & Andrew, 2014). Conforme apontado por Harvey: “a livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é crucial, o que requer a remoção de todas as barreiras (como tarifas, arranjos tributários punitivos, planejamento e controles ambientais, ou outros impedimentos locais) ao fluxo de capital desimpedido” (Harvey, 2005, p. 66).

Como a padronização contábil se propõe a ser universal, no sentido de buscar abranger o máximo possível de países, há uma mescla entre as estratégias de universalização e unificação. O livro, quando trata da limitação da contabilidade, deixa evidente que a maior limitação da contabilidade é não representar o valor de mercado, ou seja, as mudanças caminham nessa direção de unificação e universalização dos valores de mercado, como ilustra o trecho: “Sua maior limitação está no fato de o balanço não representar, frequentemente, o valor de mercado da empresa, já que este de fato não é (ainda) seu objetivo” (Iudicibus et al., 2019, p. 8).

Essa exaltação ao valor de mercado conforme aponta Chiapello (2016) é uma das características dos instrumentos de cálculos “financeirizados”. Como o poder de verificação do valor é confiado ao mercado, todos os outros sistemas destinados a calcular valores são vistos como inferiores e potencialmente transformados em servidores do valor de mercado. Isso pode ser considerado como uma colonização gradual por técnicas e métodos de cálculo ligados à financeirização da economia. E a financeirização, que começou a se desenvolver na década de 1980, e se acelerou nos anos 90, tem características únicas, pois, está evidentemente e inextricavelmente ligada tanto a práxis como, ideologicamente, às teorias econômicas neoliberais e aos instrumentos e conceitos desenvolvidos pela moderna teoria financeira.

De acordo com Zhang e Andrew (2014) o CPC 00 incorpora esse compromisso neoliberal, ao menos de duas formas. Primeiro, ao reenquadrar os usuários e redefinir o objetivo da informação contábil - a decisão de excluir usuários mais abrangentes do projeto é um símbolo do sucesso da financeirização, em que os mercados se tornaram uma proxy para o interesse público. Isso se reflete na crença de que as boas decisões de investimento e empréstimos, possibilitadas por meio de boas práticas contábeis, serão limitadas e boas para todos. Ou seja, o mercado seria mais adequado para decidir o que é melhor. Segundo, ao adotar o valor justo, pois isso significa que o valor da empresa é derivado de um balanço financeiro cada vez mais especulativo (e não dos fluxos de caixa gerados a partir de transformações produtivas e troca de mercado). Em essência, o valor justo só pode servir de parâmetro para as avaliações através do mecanismo de mercado; portanto, garantir a viabilidade de um mercado livre é fundamental. Paradoxalmente, um mercado livre deve ser criado e sustentado por meio de regulamentos como o CPC 00, a fim de viabilizar o valor justo. Essa mudança de ênfase é apoiada conceitualmente, através de uma mudança em direção à representação fidedigna, na qual estimativas de mercado são permitidas.



A financeirização potencializa a concentração de poder e riqueza em certos grupos, que, como resultado de sua crescente importância, passam a impor cada vez mais certos instrumentos e certas formas de regulação que funcionam em seu benefício. Adicionalmente, a pesquisa científica e os mecanismos técnicos surgidos no sentido mais amplo da esfera de influência da escola de Chicago (jurídica, econômica e financeira) têm sido usados como justificativa ideológica, apoio científico e instrumentação prática, para estabelecer uma diferente prática de organização do mundo e favorecimento do mundo das finanças. A financeirização do sistema econômico está, portanto, intimamente ligada à financeirização dos instrumentos de cálculo, às políticas seguidas e às teorias que as sustentam. Olhando para a contabilidade, que é conhecida por ser crucial na operação do capitalismo, fica claro que a adoção das IFRS foi um momento de forte financeirização dos sistemas contábeis, por meio da unificação (padronização), que, conseqüentemente, leva à universalização de valores neoliberais (Chiapello, 2016).

### **Fragmentação**

A fragmentação consiste no fato de que certas relações de dominação podem ser mantidas, segmentando as pessoas ou grupos em vez de unificá-los. Thompson (2011) conceitua dois tipos: Uma estratégia típica de construção simbólica é a diferenciação - isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o *expurgo do outro*. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. (Thompson, 2011, p. 87)

No texto há evidências de apresentar o "outro" como maligno ou prejudicial. Quando o livro Contabilidade Introdutória apresenta a nova base teórica para os princípios e convenções, ressalta apenas o que eles trazem a mais (diferenciação) em relação aos princípios até então usuais no Brasil. Em última análise, pode-se falar em subalternidade diante do estrangeiro, já que não trata em nenhum momento sobre o que faltaria ao "novo" em relação ao antigo, ou alguma crítica à nova norma. Os defensores da adoção de práticas internacionais apresentam que o "outro maligno ou prejudicial" é o local, considerado por eles como arcaico, como o trecho em que o estrangeiro é ressaltado: "O documento é bastante amplo e tem uma estrutura muito diferenciada dos documentos e estudos teóricos anteriores, sendo mais completo". (Iudícibus et al., 2019, p. 218).

Quando fala do documento se refere ao CPC 00. Também se pode dizer sobre expurgo da forma antiga (o outro é arcaico, não moderno), pois há uma construção simbólica do estrangeiro como melhor, mais denso, mais completo, como retratado no trecho a seguir:

A qualidade média das disposições legais que envolvem conceitos contábeis evoluiu bastante no Brasil a partir de 1976 com a Lei das Sociedades por Ações e chegou, em certos aspectos, a liderar o mundo no que diz respeito ao tratamento dos efeitos inflacionários, com a metodologia de correção integral (infelizmente abandonada a partir de 1996 por se crer - erroneamente - que baixas taxas de inflação não deformam os balanços e os resultados), em cujo bojo grande parte dos conceitos apregoados pelos Autores deste livro de Introdutória se tornou realidade impositiva. Mas essa descontinuidade da correção monetária, a rigidez da lei que não se atualizou e a influência dos interesses tributários (nossa contabilidade esteve até 2007 praticamente atrelada as normas fiscais) acabaram por limitar bastante o poder informativo das nossas demonstrações contábeis. Todavia, com a introdução da Lei

nº 11.638/07, que provocou alterações profundas na Lei das Sociedades por Ações, e com a Lei nº 11.941/08, que definitivamente desatrelou a automaticidade da ligação da contabilidade com as normas tributárias (cada uma tem sua vida própria agora), com a criação do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e uma série de outras ações, tem-se agora o início de uma nova era, sob a égide das normas internacionais de contabilidade emanadas do IASB (*International Accounting Standards Board*). (Iudícibus et al., 2019, p. 8)

Aqui há também a presença da racionalização no sentido de legitimar e justificar a adoção das normas internacionais como consequência da rigidez legal. Portanto, há uma racionalização no sentido de reiterar o estrangeiro como melhor, apesar de a metodologia brasileira, por exemplo, ser mais avançada quanto a correção integral.

### Reificação

Um estudo no Brasil (Homero, 2017) aponta a reificação em contabilidade no Brasil a partir do modo como a contabilidade é tratada; como se ela própria tivesse um propósito intrínseco, ao invés de ser uma prática social levada a cabo por agentes que, estes sim, sejam dotados de propósitos. Além disso, assume-se um propósito singular: fornecer informações úteis aos usuários. Outras finalidades das práticas contábeis discutidas na literatura internacional, como sua dimensão retórica (Carruthers & Espeland, 1991), seu papel na construção da realidade social (Hines, 1988, 1991) e no controle da força de trabalho (Bryer, 2006), por exemplo, são ignoradas (Homero, 2017b, p. 47).

Já segundo o modelo de Thompson (2011), a reificação pode ocorrer por meio da eternalização, da nominalização e da passivização. A partir da descrição das categorias a seguir, aponta-se que as mesmas não foram identificadas nos materiais didáticos.

Uma estratégia semelhante é a que pode ser descrita como eternalização: fenômenos sócio históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. (...) A ideologia como reificação pode também ser expressa através de vários recursos gramaticais e sintáticos, tais como a nominalização e a passivização. A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes, como quando nós falamos em "o banimento das importações", ao invés de "o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações". A passivização se dá quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que "o suspeito está sendo investigado", ao invés de "os policiais estão investigando o suspeito". (Thompson, 2011, p. 66)

Quanto à reificação pela eternalização, não se pode dizer, no que diz respeito aos princípios, que estes sejam eternizados, já que no livro *Contabilidade Introdutória* é dito que os princípios podem ser criticados e alterados ao longo do tempo de acordo com a realidade social e econômica: "Para que um princípio seja geralmente aceito, deverá, em primeiro lugar, ser considerado adequado ou fiel à realidade, isto é, "relevante" para, em seguida, analisar-se sua praticabilidade" (Iudícibus et al., 2019, p. 210). Embora os princípios sejam "premissas que são o ápice da análise e observação da realidade econômica, social e institucional" (Iudícibus et al., 2019, p. 209), não são, entretanto, considerados como eternos, pois como descrito, no livro, os princípios não são tidos como permanentes:

Quando se observam alterações nas condições em que a primeira série de princípios foi estabelecida, o observador tem a responsabilidade de fazer uma nova análise da

situação e modificar, adaptar ou mesmo substituir os princípios originais por outros quem concordem com a nova realidade. (Iudícibus et al., 2019, p. 2019)

Essa mesma ideia é também facilmente identificada na evolução do livro como um todo, que sofreu alterações ao longo das doze edições, e também na apresentação dos princípios e convenções esquematizados em forma de quadro, na décima segunda (e mais atual) versão do livro, em comparação a sua situação atual em decorrências das mudanças trazidas com o CPC.

Somando-se às três categorias indicadas, uma outra estratégia de reificação da ideologia é a naturalização. Ela implica em apresentar um estado de coisas, que é uma criação social e histórica, como um evento natural ou como o resultado inevitável de características naturais (Thompson, 2011, p. 66).

Também pode-se falar em naturalização, já que os autores do livro não apontam nenhuma resistência às mudanças trazidas com o CPC 00. Graham (2013) propõe que, desde cedo, nos cursos de contabilidade, deva existir a preocupação de apresentá-la aos estudantes como sendo uma linguagem que possui gramática e estrutura próprias que asseguram as condições de reprodução de textos em contextos sócio-políticos distintos. Dessa forma, a aceitação dos novos princípios -com base no que o observador julgou que deve ser modificado- é colocada como um evento natural, já que em nenhum momento é esclarecido quais são os fatos sociais e históricos que impulsionaram essas mudanças. As disputas de poder, as relações de dominação e subalternidade são apenas ignoradas e dadas como eventos naturais. Essa preocupação deveria nortear a redação de um livro tão relevante na formação dos profissionais brasileiros. O livro não problematiza que essas mudanças dos princípios contábeis adotados no Brasil por características qualitativas internacionais e estão inseridas em um contexto de globalização e financeirização da economia, o que não necessariamente beneficia os pequenos escritórios de contabilidade, micro e pequenas empresas locais, dentre outros.

No entanto, poderia ser argumentado que após mais de dez anos da implementação das normas internacionais, os alunos e professores, não estariam mais interessados em discutir as mudanças ocorridas, mas apenas aprender/ensinar a lógica básica para o entendimento da contabilidade. Não deixa de ser uma reflexão pertinente, mesmo que essa discussão também não tenha ocorrido na edição anterior de 2010, auge das discussões sobre o assunto. E mesmo que seja um livro introdutório, não caberia ao menos algumas ponderações ou reflexões? Será que todas as mudanças trazidas pelo CPC foram para melhor? Se sim, melhor para quem? Assim o entendimento é de que falta criticidade e contextualização nos materiais didáticos analisados.

Quanto ao tratamento dado aos investidores, nos textos analisados, estes são caracterizados de maneira homogênea, como se não houvesse distinções relevantes entre eles: nacionais e estrangeiros, institucionais e individuais.

Para finalizar este tópico e facilitar a compreensão, é apresentado na tabela 2 que sintetiza os modos de ideologia identificados nos materiais analisados. Como pode ser visto, nem todas as estratégias previstas na metodologia de Thompson (2011) foram identificadas.

Tabela 2

*Modos ideológicos e estratégias identificados na análise do discurso*

Modos	Estratégias	Identificação
Legitimação	Racionalização	<p>Reforço da ideia neoliberal de que o mercado é o mecanismo mais eficiente para atender às necessidades humana, na medida em que o CPC justifica a escolha de determinadas características contábeis visando a eficiência do mercado</p> <p>Justificativa por parte do CPC para a adoção das normas internacionais como consequência da rigidez legal brasileira.</p>
	Universalização	<p>A padronização contábil se propõe a ser universal no sentido de abranger o maior número de países.</p> <p>Os princípios que fundamentam todos os ramos da contabilidade são substituídos por um único conjunto de características elaboradas para satisfazer as necessidades de um grupo de usuários do mercado financeiro, reforçando valores neoliberais pautados na ideia de um mundo globalizado, regulado por interesses do mercado.</p> <p>A classificação das partes interessadas parece priorizar acionistas e administradores na lista daqueles para os quais a informação contábil pode ser preparada. Apesar de reconhecer que os interesses nem sempre são coincidentes, minimizam os possíveis conflitos de interesses, presumindo que a informação que atende ao mercado atenderia também aos interesses de todos</p> <p>A apresentação de possíveis conflitos entre as partes apenas sob a ótica do mercado e a aceitação acrítica de que a IFRS atenderia aos interesses de todas as partes sinalizam uma tendência a se acreditar que a contabilidade deve priorizar o mercado de capitais, ou seja, as empresas com fins lucrativos, o que denota uma preocupação com a lucratividade, com a iniciativa privada e com livre concorrência, ou seja, com aspectos fundamentais do liberalismo clássico, incorporados pelo neoliberalismo.</p>
Dissimulação	Deslocamento	<p>Apresentação da contabilidade como “neutra” e “objetiva”, ao omitir determinados assuntos, tais como lobbying, questões sociais e ambientais mais amplas, dissimula o caráter político da contabilidade, muitas vezes baseado em escolhas arbitrárias e subjetivas, resultantes da influência de grupos poderosos com valores utilitaristas, buscando transparecer que existe um caráter puramente lógico e racional na prática contábil.</p>

Tabela 2 (Cont.)

*Modos ideológicos e estratégias identificados na análise do discurso*

Modos	Estratégias	Identificação
Unificação	Padronização	Embora no livro Contabilidade Introdutória estejam compilados vários trabalhos, que nem sempre são concordantes entre si, há uma unificação em torno dos princípios elaborados por um órgão privado, o IASB, em que a adoção aos padrões internacionais é a única fonte das interpretações. Os investidores são caracterizados de maneira homogênea, como se não tivesse distinções importantes: nacionais e estrangeiros, institucionais e individuais.
	Simbolização	No livro existe uma construção de identidade da contabilidade com sendo principalmente financeira, em alinhamento com os interesses do mercado de capitais e das instituições contábeis, evidenciando um reposicionamento estratégico da prática contábil como um facilitador da financeirização da economia. Através da exaltação do valor de mercado, a financeirização dos instrumentos de cálculo permite o fluxo desimpedido de capitais, que alimenta uma economia global neoliberal, facilitando a concentração de poder e riqueza em certos grupos que passam a impor, cada vez mais, certos instrumentos e certas formas de regulação que funcionam em seu benefício.
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro	Não identificada nos materiais analisados Tanto no livro como no CPC, os novos princípios e convenções são apresentados como superiores ao antigos, resultando numa construção simbólica do estrangeiro como mais denso e mais completo, apesar de se admitir que a metodologia brasileira é melhor quanto à correção monetária integral.
Reificação	Naturalização	Os autores do livro Contabilidade Introdutória não apontaram nenhuma resistência às mudanças trazidas pelo CPC 00, considerando como natural a sua alteração para melhor atender à nova realidade. No entanto, em nenhum momento são apresentados os fatos sociais e históricos que impulsionaram a mudança, ignorando disputas de poder, relações de poder e subalternidade.

*Nota:* Elaborado pelos autores.

### **Análise do Processo de Colonização da Educação Contábil e Proposições para uma Política Educacional Decolonial**

Os resultados do presente estudo, sob um olhar decolonial, permitem interpretar esses padrões linguísticos como uma evidência de subalternidade do saber, na qual a relação de colonização se faz presente por meio da disseminação de valores neoliberais. Esses valores neoliberais (financeirização da economia, a liberdade de comércio garantida pelo “mundo sem

fronteiras” da globalização, e conseqüente educação e formação congruente com as necessidades do mercado) são legitimados, dissimulados, unificados, fragmentados e reificados, e podem ser vistos como elementos de colonialidade que ajudam a sustentar uma ordem capitalista desigual entre países do Norte e Sul global.

Essa relação desigual pode ser melhor entendida quando confrontada com o pensamento de Quijano (2005) sobre o processo de independência dos estados latino-americanos. De acordo com o autor, esse processo ocorreu sem que houvesse uma descolonização da sociedade, ou seja, uma homogeneização relativa da população, o que representa apenas uma rearticulação da colonialidade agora em novas bases institucionais, já que as elites brancas latino-americanas não possuíam interesses em comum com indígenas, negros e mestiços, identificando-se mais com seus pares europeus e sendo inclinadas a seguir os interesses da burguesia europeia.

Críticos aos resultados encontrados neste trabalho podem argumentar que as mudanças acima identificadas, quanto aos princípios, fazem parte de um processo de evolução natural, e não de colonização. Entretanto, a mudança colonizadora, às vezes patológica, pode ser um processo lento, evolutivo e traiçoeiro (Oakes & Berry, 2009). Segundo os autores, mesmo que o padrão contábil seja fruto de comportamentos acordados discursivamente pela maioria dos atores envolvidos, esse padrão pode ter sido formado muito mais por um desejo de conformidade (não uma evolução natural) do que pelas diferentes necessidades destes atores.

Como visto nas estratégias identificadas, o discurso social que permeia as mudanças nos princípios não é inteiramente aberto. As estratégias de dissimulação, reificação, legitimação, fragmentação e unificação, acabam por obscurecer, naturalizar, universalizar o discurso social vigente. A crítica presente neste trabalho está justamente na não explicitação do discurso social que permeia a contabilidade, e muitas vezes na ausência de críticas (Homero, 2017). Isso pode ser explicado por Held (1982) como citado em Oakes e Berry (2009). Held argumenta que os indivíduos não vivem puramente em uma condição de falsa consciência, mas operam com uma mistura de falsa consciência e "concordância pragmática". A concordância pragmática surge porque os atores percebem poucas alternativas ao *status quo* e participam do *status quo* para "conforto" e "segurança" (Held, 1982, p. 192 como citado em Oakes & Berry, 2009, p. 192). Em outras palavras, a colonialidade percebida nos textos pode estar relacionada ao fato de que não se vê alternativas ao mercado global de capitais.

Embora seja necessário reconhecer que a contabilidade possua limitações quanto a representação (construção) da realidade a que se propõe, as limitações por si não devem ser um impeditivo para pensar em outras possibilidades para a contabilidade e buscar alternativas as essas limitações. Aliás esse tem sido, em grande parte, o esforço de teóricos críticos em contabilidade nas últimas décadas. Entretanto, as mudanças nos princípios contábeis foram aceitas de forma pragmática, já que, possivelmente, não se enxergou alternativas viáveis para contrapor o movimento de padronização internacional. Assim, cabe destacar a importância de se ter uma comunidade consolidada em pesquisa crítica no Brasil, já que até então estudos críticos em contabilidade têm sido bem escassos no país.

Outra possível interpretação, para uma aceitação pragmática, pode ser pautada no trabalho de Homero (2017b), que considera que a comunidade local, durante o processo de convergência às IFRS, desistiu de qualquer pretensão de contestar o IASB, e trocou o capital simbólico, que possuía como padrão, pelo o capital econômico, que conquistou por meio da expansão do mercado brasileiro de serviços contábeis.

De acordo com Homero (2017b), essa comunidade reúne profissionais e contadores acadêmicos ligados ao mercado de capitais, e tem na CVM sua principal interface com o Estado. Esses agentes compartilhavam esquemas semelhantes de percepção, pensamento e ação com a abordagem anglo-americana da regulamentação contábil.

Há ainda uma certa carência do CPC, um órgão brasileiro, em influenciar o processo decisório do IASB (Homero, 2017b). Essa falta de influência indica uma relação assimétrica de poder entre os órgãos brasileiro e estrangeiro, o que indica a presença da colonialidade de poder, que se desdobra em colonialidade do saber.

A colonização do conhecimento é uma consequência natural da mercantilização do conhecimento. Esta colonização envolve a legitimação de atores sociais específicos (investidores e credores) como fontes apropriadas de conhecimento e a deslegitimação de outros (Suddaby & Greenwood, 2001). Nesse sentido é importante frisar a ingerência das firmas de auditoria na produção do conhecimento:

As firmas de auditoria, além da sua influência ideológica e técnica, desempenham ainda um importante papel no financiamento do regulador internacional contribuindo significativamente para o orçamento do IASB, conforme destaca o relatório anual do órgão de 2010 (IFRS Foundation, 2011). Em 2011, as firmas de auditoria contribuíram com um quarto da receita anual do órgão (IFRS Foundation, 2012a). As grandes auditorias são as principais fontes externas de financiamento e de expertise utilizada pelo regulador internacional. (Botzem, 2012; Cooper; Robson, 2006, como citado em Carmo, 2014, p. 92)

Com base nessas informações, é possível entender que há uma influência significativa das grandes empresas de auditoria na construção das normas internacionais, e conseqüentemente nos princípios contábeis adotados. Isso acaba por facilitar o trabalho dessas corporações no mundo, uma vez que as normas são as mesmas em diversos países. Evidentemente, isso aumenta seu capital e sua influência no mundo.

Em sintonia ao que dizem Alcadipani & Caldas (2012) quanto à colonialidade do saber em administração no Brasil, é possível reconhecer que a produção de normas contábeis brasileira cada vez mais apropria-se de ideais produzidas no estrangeiro, buscando conformidade e harmonização. O discurso acadêmico brasileiro sobre as IFRS é marcado por uma subordinação aos interesses da profissão contábil e por uma reprodução não-crítica dos discursos dos autores das normas. Homero (2017b) aponta como discurso dominante algumas proposições, como: o mercado de capitais é o contexto mais relevante em que a contabilidade opera; a contabilidade tem como propósito fornecer informações úteis aos investidores; os reguladores e a profissão contábil atuam para proteger os interesses dos investidores; o estado não deve interferir nas decisões regulatórias; inferioridade das normas brasileiras.

Na análise do discurso deste trabalho ficam evidentes as proposições levantadas por (Homero, 2017b). Dito isso, caso se considere a pouca relevância do mercado de capitais na economia brasileira, a inferioridade ou subalternidade brasileira fica mais evidente. No trecho a seguir há alguns dados que suportam a baixa relevância do mercado de capitais como fonte de financiamento e alternativa de investimento na economia brasileira:

Dados da BM&FBovespa (2016), por sua vez, indicam que ao final de 2015 somente 557.109 investidores pessoa física possuíam ações ou outros ativos registrados na bolsa, o que equivale a menos de 0,3% da população residente no Brasil em 2015, de 204.450.649 pessoas, conforme projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Apesar disso, o mercado de capitais é tomado como único parâmetro para atestar a relevância da contabilidade, ainda que a relevância do mercado de capitais brasileiro em si seja passível de questionamentos. (Homero, 2017, p. 47)

A inferioridade com que as normas brasileiras foram tratadas também são concordantes com os achados de Homero (2017, p. 50):

As descrições do contexto brasileiro são em tom predominantemente depreciativo. Diferenças em relação a contextos externos são expostas como defeitos: o fato do mercado de capitais ser pouco desenvolvido no país é visto como uma deficiência, mesmo que o pequeno número de países nos quais estes mercados sejam desenvolvidos faça deles a exceção; a tradição do direito civil é representada em condição de inferioridade, advogando-se pela necessidade de uma “evolução” para a mentalidade do direito consuetudinário; e as normas contábeis anteriormente vigentes no país são consideradas de qualidade inferior, caracterizando como indiscutíveis os benefícios da convergência para as IFRS, tidas como de “alta qualidade”.

Essa subalternidade frente ao estrangeiro, aliada ao entendimento de que o CPC 00 incorpora um compromisso globalizado com a financeirização dentro da prática da contabilidade, aponta a existência de uma relação colonial no saber contábil brasileiro: a de que a regulação contábil globalizada constitui uma parte importante das instituições que estabilizam e normalizam a financeirização. Embora os mercados financeiros sejam inegavelmente importantes, existem muitos outros interesses que podem e devem ser atendidos pela prática da contabilidade; estes se tornaram mais difíceis de imaginar e conceituar. Como foi argumentado ao longo deste trabalho, em conformidade com outros pesquisadores críticos, o movimento em direção ao neoliberalismo e à financeirização da economia global tem sido estimulado e legitimado, em parte pela adoção de regulamentos contábeis globais (Boyer, 2007; McSweeney, 2009; Newberry & Robb, 2008; Zhang & Andrew, 2014).

A resignificação das características qualitativas da informação financeira estabeleceu a base conceitual para a contabilização do valor justo dominar as abordagens de mensuração dentro da prática contábil. Lembrando que o valor justo só é possível mediante um mercado livre (característica neoliberal). A mudança em direção à representação fidedigna remove a capacidade de contestar o valor justo com base na confiabilidade e, dada a óbvia relação entre o valor justo e o mercado, essa mudança reafirma a centralidade das necessidades de informação do mercado financeiro no processo de relato de informações contábeis (Zhang & Andrew, 2014).

Assim, pelas análises elaboradas, considerando os aspectos neoliberais identificados no CPC 00 e a forma como isso foi abordado no material didático de Contabilidade Introdutória, fica perceptível a abordagem monológica presente na educação contábil, uma vez que o livro analisado tem grande influência no ensino da contabilidade no país.

O material didático mesmo que seja introdutório poderia apresentar diversas abordagens da contabilidade. Talvez, abordagens sociais e críticas não foram apresentadas, uma vez que essas linhas teóricas não são consolidadas na comunidade acadêmica da contabilidade no Brasil, o que justificaria a ausência no texto. Entretanto, ao olharmos pela lente decolonial o entendimento aqui é de que desde o início da educação contábil os estudantes precisam ter contato com diversas visões e percepções da contabilidade, com o risco de a educação contábil apenas contribuir para a manutenção do *status quo*, no sentido colonial de manutenção da pobreza no hemisfério sul a favor do norte global.

Considerando que, a proposta deste estudo não é criticar a presença da ideologia por si só, mas partir de Freire (1987, 2008) na defesa de uma política educacional baseada na politicidade e dialogicidade, considerando-se que a educação não é neutra ou isenta de aspectos ideológicos. O que se buscou foi questionar o *status quo* ou ideologia dominante dentro do ensino da contabilidade por meio da análise de um material didático de grande influência.



Compreendemos, por meio de uma lente decolonial, que essa ideologia dominante é colonizadora à medida em que instrumentaliza a contabilidade de modo a manter o sistema econômico atual. Isso implica em contribuir para a manutenção do poder no Norte Global e manter o Sul como periferia do capitalismo e em perene condição de dependência. Assim, o que se propõe é que através do diálogo e da politização do ensino contábil seja possível romper com as limitações impostas por um pensamento bancário, que tende a limitar a contabilidade aos fins capitalistas.

Discutimos, então, que os docentes reconheçam que a contabilidade é socialmente construída a partir de um ponto de vista dominante e seus pressupostos ideológicos. Portanto, a contabilidade não deve se fechar e tornar absoluto esse ponto de vista (dito neutro). Segundo Freire (1987, 2008) o discurso da neutralidade esconde uma escolha política a favor da permanência; é um empenho deliberado para manter um determinado sistema de conhecimento e por consequência, um determinado sistema social. E é nesse sentido que ele discute a força de um discurso ideológico, que ele atribui ao neoliberalismo e que está enraizado em todas as dimensões da escola/universidade.

Todo projeto político-pedagógico é permeado por uma visão de mundo e, portanto, por uma escolha política que privilegia um determinado conjunto de saberes, que expressam um determinado conjunto de crenças e valores (Freire, 1987, 2008). Logo, é preciso refletir sobre o que a universidade está ensinando? Por quê? Com qual finalidade? Com que objetivo? Qual o sentido em estudar isso, mas não aquilo? Se há tantos conhecimentos no mundo e nem tudo cabe no currículo, quais foram os critérios que fizeram que isso aparecesse e aquilo não? Quais são os valores incorporados nos livros didáticos?

Freire (1987, 2008) diz que é preciso assumir uma postura vigilante contra as práticas de desumanização nas relações educativas. Uma das armadilhas das instituições de ensino é aquele discurso que diz que o conhecimento e o mundo já estão postos e estabelecidos, as coisas são assim mesmo, que não há como transformá-las e que ao estudante cabe se resignar, decorar e se adaptar. E é nesse sentido que é defendida neste trabalho uma educação contábil que ensine o estudante a aprender a construir uma contabilidade para além da realidade estabelecida, em detrimento de um discurso antipedagógico voltado para a adaptação, adestramento e desumanização da prática contábil por meio de um ensino bancário.

Paulo Freire (1987, 2008) insiste que o ensino de habilidades técnicas e científicas em qualquer área do conhecimento não pode jamais deixar de lado a formação ética. O educador que, ao ministrar qualquer disciplina, impede a manifestação da curiosidade do estudante e insiste apenas na memorização mecânica dos conteúdos, acaba por aniquilar o potencial da liberdade de os estudantes se aventurarem, relacionarem conceitos de forma inesperada e produzirem conhecimentos novos. A escola com ideologia reacionária, neoliberal, não quer educar, mas disciplinar, domesticar para tornar o estudante uma mão de obra passiva que vai apenas aceitar e reproduzir a sociedade.

Nesse sentido, o que se propõe é uma política educacional voltada para além dos cálculos e técnicas contábeis tradicionais, no qual as universidades incorporem, em seus currículos, perspectivas críticas que abordem a contabilidade em seu contexto sócio-político. Tinker & Gray (2003) argumentam que a necessidade de uma grande reformulação da teoria e da prática contábil é cada vez mais evidente, à medida que a contabilidade se envolve em áreas politicamente controversas associadas à sustentabilidade. Ambientalistas, sindicatos, investidores éticos, povos indígenas e movimentos sociais têm preocupações sobre mudanças climáticas, pobreza, injustiça social, poder econômico e globalização que são ignoradas ou encobertas na contabilidade, dado seu papel fundamental na economia neoliberal.

Como a contabilidade e a economia podem ser “democratizadas”? Para abordar essa questão é necessário avançar em abordagens pluralistas da teoria e prática contábeis que permitam o engajamento de perspectivas sociopolíticas divergentes. Um aspecto fundamental da contabilidade

dialógica é a problematização da contabilidade convencional (e sua educação, conseqüentemente) quanto à dependência em relação à economia neoclássica e seus fundamentos e práticas. Isso se manifesta de várias maneiras: por exemplo, falha em abordar a natureza interconectada das crises contemporâneas; foco na racionalidade instrumental que permite que os tomadores de decisão corporativos se distanciem dos impactos negativos das práticas corporativas, e na falta de reflexão crítica e debate sobre questões de interesse social (Brown & Dillard, 2019).

O grande desafio aqui é a criação de uma política educacional que desafie os acadêmicos a repensarem a teoria, a educação e a prática contábil sob uma perspectiva decolonial. Uma vez que, a contabilidade convencional, incluindo o ensino contábil, é altamente monológico. Os conceitos e teorias que sustentam a contabilidade convencional estão saturados dos valores e suposições do capitalismo (como demonstrado nesse trabalho), enquanto o ensino contábil tradicional tenta despolitizar a contabilidade ao encobrir suas dimensões políticas.

### **Considerações Finais**

Conforme visto no decorrer do trabalho foi feita uma análise do discurso com o objetivo de identificar aspectos da ideologia neoliberal. Para isso foram analisados os capítulos 1 e 10 do livro de Contabilidade Introdutória da FEA USP 12º ed., além do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

A leitura do CPC 00 e seu papel no projeto de convergência sugere um reposicionamento estratégico da prática contábil como parte da arquitetura do neoliberalismo e como um facilitador da financeirização, argumentando-se que as mudanças, mesmo que sutis, são profundamente ideológicas. A Estrutura Conceitual incorpora os valores do neoliberalismo, tornando-os um princípio lógico na prática contábil. Da mesma forma o livro apresenta as normas internacionais como a melhor opção para lidar com a nova realidade minimizando possíveis problemas na sua adoção.

Nos textos analisados, por meio dos modos estratégicos de operação da ideologia de Thompson (2011), foram identificados, por exemplo, os aspectos do neoliberalismo por meio da promoção de características voltadas à financeirização da economia, e à promoção da liberdade de fluxo financeiro, garantida pelo “mundo sem fronteiras” da globalização. Assim, é priorizado um grupo de usuários do mercado financeiro e do mercado de capitais, mediante a imposição de certos instrumentos e certas formas de regulação que funcionam em seu benefício, facilitando a concentração de poder e riqueza em suas mãos.

O neoliberalismo exige um compromisso com um amplo conjunto de ideais sobre como as economias devem operar, e essas ideais sustentam as transformações da prática no processo de neoliberalização, tanto em nível técnico quanto conceitual. As transações dentro de uma economia neoliberal precisam ser contabilizadas de uma maneira que esteja de acordo com esse conjunto mais amplo de ideias (Zhang & Andrew, 2014). Além disso, a contabilidade tem raízes profundas no capitalismo e se desenvolveu ao longo do tempo como um instrumento fundamental para seu desenvolvimento.

Os interesses do capital foram privilegiados, pela contabilidade, no passado, mas esse objetivo não tinha sido adotado globalmente e nem esses interesses eram tão evidentes quanto hoje. A declaração do IASB para atender às necessidades de informação dos participantes nos mercados de capitais reflete essa mudança de ênfase. A institucionalização desse objetivo por meio do CPC 00 garante que os mercados sejam conceitual e materialmente centrais para a prática de relatórios contábeis e financeiros (Zhang & Andrew, 2014).

Entretanto, não há que se falar que o pensamento contábil no Brasil passa a ser colonizado apenas após a adoção das IFRS, ou especificamente, após a revogação dos princípios, mas sim, que a

colonialidade ganha novos contornos, haja vista que a contabilidade no Brasil já vem de um processo histórico de colonização portuguesa. Cooper & Ezzamel (2013) argumentam que os discursos da globalização envolvem subjugações e apropriações mais gerais, mas o colonialismo, especialmente na forma de “intervenção conceitual”, constitui um elemento central da globalização.

Os modos de ideologia identificados, por meio da análise do discurso, naturalizam e universalizam uma sociedade capitalista neoliberal e contribuem para uma imagem da contabilidade voltada unicamente para o mercado financeiro. Esses modos linguísticos apontam para essa estrutura contábil como sendo única ou a melhor opção possível. Portanto, a busca por alternativas a essas políticas neoliberais, excludentes e assimétricas, passa por questionar a objetividade e neutralidade da contabilidade, partindo de uma premissa de que os princípios contábeis, como fulcro basilar deste ramo da ciência social, contribuem para naturalizar e legitimar essa ordem social. A partir de uma perspectiva decolonial, a procura de saberes não eurocêntricos tem muito a contribuir com possibilidades outras que não unicamente com o *status quo* (Lander, 2005).

Então, devem ser utilizados métodos de ensino que estimulem a participação ativa dos estudantes. Segundo Graham (2013), isso significa fornecer ferramentas e desenvolver habilidades junto aos estudantes que permitam ouvir outras vozes e ver outras perspectivas. Propõe-se uma recuperação de conhecimentos, de natureza econômica e sociológica, formulados por pensadores brasileiros, que permitam desafiar o entendimento tradicional sobre fenômenos contábeis. Esses métodos possibilitariam o desenvolvimento de novas habilidades e competências, assim como sugerem Araújo, Santana, & Carneiro (2009), por meio da Pedagogia da Autonomia de Freire (2008), que oferece subsídios para a formação de cidadãos críticos, reflexivos, participantes e construtores do conhecimento. Finalmente, uma educação e formação, para além da conformidade com as necessidades do mercado e ao encontro também com o exercício social e da cidadania, pode estar relacionada com um processo de ensino-aprendizagem problematizador.

Uma educação contábil brasileira, problematizadora e comprometida com agendas e interesses que vão além dos interesses econômicos dominantes, e que inclua uma maior diversidade de epistemologias, com perspectivas pós-coloniais e decoloniais, pode ampliar as possibilidades epistemológicas da contabilidade no Brasil.

Assim como Catchpole e Smyth (2016) o entendimento aqui é que o princípio central da pesquisa contábil crítica ainda mantém a necessidade de desafiar e mudar as relações sociais; caminhando para uma ordem social mais emancipada e equitativa. O ponto de partida é a proposição de que a informação contábil não é neutra e tem, em particular, “pertencimento de classe”. A informação contábil é vista como parte integrante do capitalismo, informação produzida pelos capitalistas para os capitalistas. No entanto, o capitalismo é um sistema complexo e contraditório e, portanto, as informações de que ele depende podem ser usadas, por exemplo, pelos movimentos sociais, grupos marginalizados na periferia do mundo, para desafiar as relações assimétricas de poder, ou seja, as explorações e opressões existentes. Cabe a futuros estudos evidenciar os efeitos específicos desses aspectos para pequenos e microempresários, povos indígenas, afrodescendentes, e para os países periféricos do mundo capitalista.

A não abertura da contabilidade para conhecimentos de não mercado, por meio de princípios contábeis construídos somente para investidores e credores, serve como uma forma de epistemicídio, já que silencia outras possibilidades dentro da contabilidade e reduz a diversidade epistemológica do campo (Siveres & Santos, 2013). Ao longo do tempo, os critérios científicos tornaram-se hegemônicos “ao ponto de colonizarem gradualmente os critérios das outras lógicas emancipatórias” (Santos, 2011, p. 51). Então, estudos futuros, de pesquisadores brasileiros, poderiam investigar as possibilidades de viabilizar uma educação contábil libertadora, por meio de uma pedagogia decolonial, que possibilite epistemologias plurais, e trabalhos que denunciem a dominação epistemológica dentro da contabilidade e que deem credibilidade e preferência a formas

alternativas de conhecer e de pensar a contabilidade a partir da periferia do sistema capitalista colonial.

Desse modo uma nova política educacional em contabilidade deve reconhecer a natureza política e carregada de valores, em todos as suas perspectivas; uma maior sensibilidade à dinâmica complexa de poder, nas relações sociais que circundam a contabilidade; o envolvimento da contabilidade com mais perspectivas (conflitantes e consensuais) sobre questões econômicas, sociais, ambientais e culturais; estimular perspectivas alternativas (decolonial, transcultural, transdisciplinar etc.) de se pensar, teorizar, ensinar e praticar a contabilidade.

## Referências

- Alawattage, C., & Fernando, S. (2017). Postcoloniality in corporate social and environmental accountability. *Accounting, Organizations and Society*, 60, 1–20. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2017.07.002>
- Alawattage, C., Wickramasinghe, D., & Uddin, S. (2017). Theorising management accounting practices in less developed countries. In *The Routledge companion to performance management and control* (UNSPECIFIE, pp. 287–305). <https://doi.org/10.4324/9781315691374>
- Alcadipani, R., & Caldas, M. P. (2012). Americanizing Brazilian management. *Critical Perspectives on International Business*, 8(1), 37–55. <https://doi.org/10.1108/17422041211197558>
- Andrade, C. S. de. (2002). *O ensino de contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil*. <https://doi.org/10.11606/D.12.2002.tde-11112004-140947>
- Andrew, J., & Cahill, D. (2017). Rationalising and resisting neoliberalism: The uneven geography of costs. *Critical Perspectives on Accounting*, 45, 12–28. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.09.001>
- Apostolou, B., Dorminey, J. W., Hassell, J. M., & Rebele, J. E. (2018). Accounting education literature review (2017). *Journal of Accounting Education*, 43(June), 1–23. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2019.02.001>
- Arapiraca, J. O. (1979). *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. Fundação Getúlio Vargas.
- Araújo, A. M. P., Santana, A. L. A., & Carneiro, C. M. B. (2009). Saberes necessários à prática da educação problematizadora: A pedagogia da autonomia de Paulo Freire no curso de Ciências Contábeis. São Paulo: IAAR-ANPCONT 3rd International Accounting Congress.
- Babaii, E., & Sheikhi, M. (2017). Traces of neoliberalism in English teaching materials: A critical discourse analysis. *Critical Discourse Studies*, 15(3), 247–264. <https://doi.org/10.1080/17405904.2017.1398671>
- Boyer, R. (2007). Assessing the impact of fair value upon financial crises. *Socio-Economic Review*, 5(4), 779–807. <https://doi.org/10.1093/ser/mwm018>
- Brown, J., & Dillard, J. (2019). Accounting education, democracy and sustainability: Taking divergent perspectives seriously. *Int. J. Pluralism and Economics Education*, 10(1), 24–45. <https://doi.org/10.1504/IJPEE.2019.098168>
- Caillé, A. (2011). O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. *Sociedade e Estado*, 16(1–2), 26–56. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922001000100003>
- Carmo, C. H. S. do. (2014). Lobbying na regulação contábil internacional: Uma análise do processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receitas (Universidade de São Paulo). <https://doi.org/10.11606/T.12.2014.tde-14072014-185506>
- Carvalho Filho, V., Ipiranga, A. S. R., & Faria, A. de A. (2017). (De)colonialidade na educação em administração: Explorando limites e possibilidades. *Education Policy Analysis Archives*, 25(47). <https://doi.org/10.14507/epaa.25.2676>

- Castro-Gómez, S. (2005). Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro.” In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Editora CLACSO.
- Castro-Gómez, S. (2007). Descolonizando la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In R. Grosfoguel (Ed.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 79–93). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Catchpowle, L., Cooper, C., & Wright, A. (2004). Capitalism, states and accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 15(8), 1037–1058. [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(02\)00214-9](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(02)00214-9)
- Catchpowle, L., & Smyth, S. (2016). Accounting and social movements: An exploration of critical accounting praxis. *Accounting Forum*, 40(3), 220–234. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.05.001>
- CFC, C. F. D. C. (2018). *Assuntos internacionais*. Recuperado de <https://cfc.org.br/tecnica/assuntos-internacionais/>
- Chiapello, E. (2016). How IFRS contribute to the financialization of capitalism. In P. N. Bensadon D. (Ed.), *IFRS in a global world*. [https://doi.org/doi.org/10.1007/978-3-319-28225-1\\_6](https://doi.org/doi.org/10.1007/978-3-319-28225-1_6)
- Chiapello, E. (2017). Critical accounting research and neoliberalism. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 47–64. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.09.002>
- Coetsee, D. (2010). The role of accounting theory in the development of accounting principles. *Meditari Accountancy Research*, 18(1), 1–16. <https://doi.org/10.1108/10222529201000001>
- Cooper, D. J., & Ezzamel, M. (2013). Globalization discourses and performance measurement systems in a multinational firm. *Accounting, Organizations and Society*, 38(4), 288–313. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2013.04.002>
- Couto, A. M. do. (1989). *A influência Norte-Americana no sistema contábil brasileiro: Elementos para se repensar a história da contabilidade no Brasil*. FGV.
- CPC, C. D. P. C. (2011). *CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. Retrieved from <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- CPC, C. D. P. C. (2019). *CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro*. Retrieved from [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)
- Davie, S. H. S. K. D. (2000). The significance of ambiguity in accounting and everyday life: The self-perpetuation of accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 11(2000), 311–334.
- Ferguson, J., Collison, D., Power, D., & Stevenson, L. (2009). Constructing meaning in the service of power: An analysis of the typical modes of ideology in accounting textbooks. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(8), 896–909. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2009.02.002>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2008). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (37ª. ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Graham, C. (2013). Teaching accounting as a language. *Critical Perspectives on Accounting*, 24, 120–126. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2012.01.006>
- Haiven, M. (2014). *Crises of imagination, Crises of power: Capitalism, creativity and the commons* (1st ed.). Zed Books.
- Harding, S. (2016). Latin American decolonial social studies of scientific knowledge: Alliances and tensions. *Science Technology and Human Values*, 41(6), 1063–1087. <https://doi.org/10.1177/0162243916656465>
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press.
- Hines, R.D. (1988). Financial accounting: In communicating reality, we construct reality. *Accounting, Organizations, and Society*, 13(3), 251–261. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(88\)90003-7](https://doi.org/10.1016/0361-3682(88)90003-7)
- Hines, R. D. (1991). The FASB's conceptual framework, financial accounting and the maintenance

- of the social world. *Accounting, Organizations and Society*, 16(4), 313-331.
- Homero, P. F. (2017a). A constituição do campo científico e a baixa diversidade da pesquisa contábil Brasileira. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 11(3), 314-328. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1565>
- Homero, P. F. (2017b). Paradigma e ordem do discurso da pesquisa contábil Brasileira. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(1), 39-53. <https://doi.org/10.14392/asaa.2017100103>
- Hopper, T., Lassou, P., & Soobaroyen, T. (2017). Critical perspectives on accounting globalisation, accounting and developing countries. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 125-148. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.003>
- Hsiao, H. C., & Cheng, Y. S. (2006). The impact of ideology on the interaction between tutors and students in the education of industrial design: A case study in Taiwan. *International Journal of Educational Development*, 26(1), 6-23. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2005.03.003>
- Iudícibus, S. de. (2004). *Teoria da contabilidade* (7th ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., Martins, E., Kanitz, S. C., Ramos, A. T., Castilho, E., Benatti, L., Weber Filho, E., & Domingues Jr., R. (2010). *Contabilidade introdutória – Livro texto* (11a ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., Martins, E., Kanitz, S. C., Ramos, A. T., Castilho, E., Benatti, L., Weber Filho, E., & Domingues Jr., R. (2019). *Contabilidade introdutória – Livro texto* (12a ed.). (Atualização A. C. M. Santos). São Paulo: Atlas.
- Lander, E. (2000). ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? In S. Castro-Gómez (Ed.), *La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina* (pp. 49-70). Bogotá: Instituto PENSAR.
- Lander, E. (2005). Ciências sociais: Saberes coloniais e eurocêntricos. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLASCO.
- Lopes, C. (2012). Economic Growth and Inequality: The New Post-Washington Consensus\*. *RCCS Annual Review*, (4). <https://doi.org/10.4000/rccsar.426>
- Manassian, A. (2007). Globalization and international accounting research: An agenda for the future. *Revista Brasileira de Gestao de Negocios*, 9(25), 1-12.
- Manassian, A. (2009). Look who's talking: A postcolonial critique of the discourse on international accounting. *J. for International Business and Entrepreneurship Development*, 4(3). <https://doi.org/10.1504/jibed.2009.029013>
- McSweeney, B. (2009). The roles of financial asset market failure denial and the economic crisis: Reflections on accounting and financial theories and practices. *Accounting, Organizations and Society*, 34(6-7), 835-848. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.007>
- Mignolo, W. (2004). Os esplendores e as misérias da "ciência": Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In B. de S. Santos (Ed.), *Conhecimento prudente para uma vida decente. 'Um discurso sobre as Ciências' revisitado* (pp. 667-709). São Paulo: Cortez.
- Mignolo, W. D. (2003). Historias locais / diseños globales. In *Akal* (1st ed.). Ediciones Akal Sa.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking. *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514. <https://doi.org/10.1080/09502380601162647>
- Mignolo, W. D. (2011). *The dark side of Western: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.
- Neimark M. K. (1996). Caught in the squeeze: An essay on higher education in accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 7(1), 1-11.
- Neu, D. (2002). "Presents" for the "Indians": Land, colonialism and accounting in Canada. *Accounting, Organizations and Society*, 25(2), 163-184. [https://doi.org/10.1016/s0361-3682\(99\)00030-6](https://doi.org/10.1016/s0361-3682(99)00030-6)
- Newberry, S., & Robb, A. (2008). Financialisation: Constructing shareholder value ... for some. *Critical Perspectives on Accounting*, 19(5), 741-763. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2006.08.007>

- Oakes, H., & Berry, A. (2009). Accounting colonization: Three case studies in further education. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(3), 343–378. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.06.006>
- Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155–173. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>
- PEASE, D. US imperialism: global dominance without colonies. In: SCHWARZ, H; RAY, S. (Ed) A companion to postcolonial studies. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- Peleias, I. R., Silva, G. P. da, Segreti, J. B., & Chiroto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: Uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(spe), 19–32. <https://doi.org/10.1590/s1519-70772007000300003>
- Penna, C. (2014). Paulo Freire no pensamento decolonial: Um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, 8(2), 181–199.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Editora CLACSO.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Editora CLACSO.
- Ribeiro, D. (2017). Is possible to decolonize education? Answer is yes and it suggests quilombola schooling education. *Identidade!* 22(1), 42–56.
- Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2009). Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(3), 379–398. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.11.001>
- Rodrigues, L. L., & Sangster, A. (2013). The role of the state in the development of accounting in the Portuguese-Brazilian Empire, 1750-1822. *Accounting History Review*, 23(2), 161–184. <https://doi.org/10.1080/21552851.2013.803758>
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P., Santos, J. L. Dos, & Fonseca, P. C. D. (2011). A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. *Accounting History*, 16(1), 111–123. <https://doi.org/10.1177/1032373210373799>
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P., & Santos, J. L. Dos. (2012). The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS. *Research in Accounting Regulation*, 24, 15-24.
- Rosa, A. R., & Alcadipani, R. (2013). *Alexandre reis rosa. 6776*, 185–215.
- Rosevics, L. (2017). Do pós-colonial à decolonialidade. In L. Carvalho, G. Glauber, & L. Rosevics, (Ed.), *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Perse.
- S. B. D. S. (2011). *SANTOS, Boaventura de S. A crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência* (4ª). Perdizes: Editora Cortez.
- Santos, B. de S. (2011). Epistemologías del Sur. *Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*, 16(54), 17–39. Retrieved from [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/EpistemologiasDelSur\\_Utopia y Praxis Latinoamericana\\_2011.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/EpistemologiasDelSur_Utopia y Praxis Latinoamericana_2011.pdf)
- Scott, T. (2017). *From the neoliberal revolution to the supremacy of financialized austerity: A brief history*. Retrieved December 9, 2018, from <https://dissentvoice.org/2017/07/from-the-neoliberal-revolution-to-the-supremacy-of-financialized-austerity-a-brief-history/>
- Sikka, P., Haslam, C., Kyriacou, O., & Agrizzi, D. (2007). Professionalizing claims and the state of UK professional accounting education: Some evidence. *Accounting Education: An International Journal*, 16(1), 3–21. <https://doi.org/10.1080/09639280601150921>
- Síveres, L., & Santos, J. R. S. (2013). O conhecimento como princípio da colonialidade e da solidariedade. *Filos. Educ., Caxias Do Sul*, 18(3), 124–137.

- Solomons, D. (1983). The political implications of accounting and accounting standard setting. *Accounting and Business Research*, 13(50), 107–118.  
<https://doi.org/10.1080/00014788.1983.9729739>
- Suddaby, R., & Greenwood, R. (2001). Colonizing knowledge: Commodification as a dynamic of jurisdictional expansion in professional service firms. *Human Relations*, 54(7), 933–953.  
<https://doi.org/10.1177/0018726701547007>
- Takayama, K., Sriprakash, A., & Connell, R. (2016). Toward a postcolonial comparative and international education. *Comparative Education Review*, 61(S1), S1–S24.  
<https://doi.org/10.1086/690455>
- Thompson, J.B. (1990). Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication. Cambridge: Polity Press.
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vidal, F. B. (2006). Um marco do fundamentalismo neoliberal: *Comunicação & política*, 24(2), 73–106.
- Wade, R. H. (2013). Capitalism and democracy at cross-purposes. *New Zealand Sociology*, 28(3), 208–236.
- Walsh, C., Oliveira, L. F. de, & Candau, V. M. (2018). Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. *Education Policy Analysis Archives*, 26(83).  
<https://doi.org/10.14507/epaa.26.3874>
- Zeff, S. A. (1988). Economic consequences in intermediate textbooks: A review after eighty years. *Issues in Accounting Education*, 3(3), 433–445.
- Zhang, Y., & Andrew, J. (2014). Financialisation and the conceptual framework. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(1), 17–26. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.11.012>
- Zhang, Y., Andrew, J., & Rudkin, K. (2012). Accounting as an instrument of neoliberalisation? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(8), 1266–1289.  
<https://doi.org/10.1108/09513571211275470>



## **Sobre os Autores**

### **David Mendes**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

dmendes2611@gmail.com

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor substituto de Contabilidade na unidade universitária de Luziânia da Universidade Estadual de Goiás.

Experiência profissional, em empresa de Consultoria e BPO Contábil.

### **Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

anafonseca@facc.ufrj.br

ORCID: 0000-0003-0255-7569

Doutora em Administração. Professora Titular da FACC/UFRJ, onde leciona na graduação em Administração e no mestrado em Ciências Contábeis. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Cultura Organizacional, Estratégia, Controle Gerencial e Gestão Pública, especialmente sobre a importação de práticas gerenciais dentro de um contexto internacionalizado.

### **Fernanda Filgueiras Sauerbronn**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

fernanda.sauerbronn@facc.ufrj.br

ORCID: 0000-0002-7932-2314

Doutora em Administração. Professora Associada da FACC/UFRJ, onde leciona na graduação e no mestrado em Ciências Contábeis. Tem desenvolvido pesquisas sobre agência e governança na interface público-privada, bem como epistemologia e metodologias críticas em contabilidade e gestão.

# archivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 99

29 de junho 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Por errores y sugerencias contacte a [Fischman@asu.edu](mailto:Fischman@asu.edu)

**Síguenos en EPAA's Facebook comunidad** at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en **Twitter feed** @epaa\_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas  
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), **Maria Lúcia Rodrigues Muller** (Universidade Federal de Mato Grosso e Science), **Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

**Almerindo Afonso**

Universidade do Minho  
Portugal

**Alexandre Fernandez Vaz**

Universidade Federal de Santa  
Catarina, Brasil

**José Augusto Pacheco**

Universidade do Minho, Portugal

**Rosanna Maria Barros Sá**

Universidade do Algarve  
Portugal

**Regina Célia Linhares Hostins**

Universidade do Vale do Itajaí,  
Brasil

**Jane Paiva**

Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Maria Helena Bonilla**

Universidade Federal da Bahia  
Brasil

**Alfredo Macedo Gomes**

Universidade Federal de Pernambuco  
Brasil

**Paulo Alberto Santos Vieira**

Universidade do Estado de Mato  
Grosso, Brasil

**Rosa Maria Bueno Fischer**

Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil

**Jefferson Mainardes**

Universidade Estadual de Ponta  
Grossa, Brasil

**Fabiany de Cássia Tavares Silva**

Universidade Federal do Mato  
Grosso do Sul, Brasil

**Alice Casimiro Lopes**

Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Jader Janer Moreira Lopes**

Universidade Federal Fluminense e  
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

**António Teodoro**

Universidade Lusófona  
Portugal

**Suzana Feldens Schwertner**

Centro Universitário Univates  
Brasil

**Debora Nunes**

Universidade Federal do Rio Grande  
do Norte, Brasil

**Lílian do Valle**

Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Geovana Mendonça Lunardi**

**Mendes** Universidade do Estado de  
Santa Catarina

**Alda Junqueira Marin**

Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo, Brasil

**Alfredo Veiga-Neto**

Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil

**Flávia Miller Naethe Motta**

Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Dalila Andrade Oliveira**

Universidade Federal de Minas  
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas  
consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento), **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Ignacio Barrenechea**, **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Carmuca Gómez-Bueno** (Universidad de Granada), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (Universidade de Chile), **Antonia Lozano-Díaz** (University of Almería), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **María Teresa Martín Palomo** (University of Almería), **María Fernández Mellizo-Soto** (Universidad Complutense de Madrid), **Tiburcio Moreno** (Autonomous Metropolitan University-Cuajimalpa Unit), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Axel Rivas** (Universidad de San Andrés), **César Lorenzo Rodríguez Uribe** (Universidad Marista de Guadalajara), **María Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile)

**Claudio Almonacid**

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

**Miguel Ángel Arias Ortega**

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

**Xavier Besalú Costa**

Universitat de Girona, España

**Xavier Bonal Sarro**

Universidad Autónoma de Barcelona, España

**Antonio Bolívar Boitia**

Universidad de Granada, España

**José Joaquín Brunner**

Universidad Diego Portales, Chile

**Damián Canales Sánchez**

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

**Gabriela de la Cruz Flores**

Universidad Nacional Autónoma de México

**Marco Antonio Delgado Fuentes**

Universidad Iberoamericana, México

**Inés Dussel**, DIE-CINVESTAV,

México

**Pedro Flores Crespo**

Universidad Iberoamericana, México

**Ana María García de Fanelli**

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

**Juan Carlos González Faraco**

Universidad de Huelva, España

**María Clemente Linuesa**

Universidad de Salamanca, España

**Jaume Martínez Bonafé**

Universitat de València, España

**Alejandro Márquez Jiménez**

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

**María Guadalupe Olivier Tellez**,

Universidad Pedagógica Nacional, México

**Miguel Pereyra**

Universidad de Granada, España

**Mónica Pini**

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

**Omar Orlando Pulido Chaves**

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

**José Ignacio Rivas Flores**

Universidad de Málaga, España

**Miriam Rodríguez Vargas**

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

**José Gregorio Rodríguez**

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

**Mario Rueda Beltrán** Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

**José Luis San Fabián Maroto**

Universidad de Oviedo, España

**Jurjo Torres Santomé**,

Universidad de la Coruña, España

**Yengny Marisol Silva Laya**

Universidad Iberoamericana, México

**Ernesto Treviño Ronzón**

Universidad Veracruzana, México

**Ernesto Treviño Villarreal**

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

**Antoni Verger Planells**

Universidad Autónoma de Barcelona, España

**Catalina Wainerman**

Universidad de San Andrés, Argentina

**Juan Carlos Yáñez Velazco**

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives  
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

**Madelaine Adelman** Arizona State University

**Cristina Alfaro** San Diego State University

**Gary Anderson** New York University

**Michael W. Apple** University of Wisconsin, Madison

**Jeff Bale** University of Toronto, Canada

**Aaron Benavot** SUNY Albany

**David C. Berliner** Arizona State University

**Henry Braun** Boston College

**Casey Cobb** University of Connecticut

**Arnold Danzig** San Jose State University

**Linda Darling-Hammond** Stanford University

**Elizabeth H. DeBray** University of Georgia

**David E. DeMatthews** University of Texas at Austin

**Chad d'Entremont** Rennie Center for Education Research & Policy

**John Diamond** University of Wisconsin, Madison

**Matthew Di Carlo** Albert Shanker Institute

**Sherman Dorn** Arizona State University

**Michael J. Dumas** University of California, Berkeley

**Kathy Escamilla** University of Colorado, Boulder

**Yariv Feniger** Ben-Gurion University of the Negev

**Melissa Lynn Freeman** Adams State College

**Rachael Gabriel** University of Connecticut

**Amy Garrett Dikkers** University of North Carolina, Wilmington

**Gene V Glass** Arizona State University

**Ronald Glass** University of California, Santa Cruz

**Jacob P. K. Gross** University of Louisville

**Eric M. Haas** WestEd

**Julian Vasquez Heilig** California State University, Sacramento

**Kimberly Kappler Hewitt** University of North Carolina Greensboro

**Aimee Howley** Ohio University

**Steve Klees** University of Maryland

**Jaekyung Lee** SUNY Buffalo

**Jessica Nina Lester** Indiana University

**Amanda E. Lewis** University of Illinois, Chicago

**Chad R. Lochmiller** Indiana University

**Christopher Lubienski** Indiana University

**Sarah Lubienski** Indiana University

**William J. Mathis** University of Colorado, Boulder

**Michele S. Moses** University of Colorado, Boulder

**Julianne Moss** Deakin University, Australia

**Sharon Nichols** University of Texas, San Antonio

**Eric Parsons** University of Missouri-Columbia

**Amanda U. Potterton** University of Kentucky

**Susan L. Robertson** Bristol University

**Gloria M. Rodriguez** University of California, Davis

**R. Anthony Rolle** University of Houston

**A. G. Rud** Washington State University

**Patricia Sánchez** University of University of Texas, San Antonio

**Janelle Scott** University of California, Berkeley

**Jack Schneider** University of Massachusetts Lowell

**Noah Sobe** Loyola University

**Nelly P. Stromquist** University of Maryland

**Benjamin Superfine** University of Illinois, Chicago

**Adai Tefera** Virginia Commonwealth University

**A. Chris Torres** Michigan State University

**Tina Trujillo** University of California, Berkeley

**Federico R. Waitoller** University of Illinois, Chicago

**Larisa Warhol** University of Connecticut

**John Weathers** University of Colorado, Colorado Springs

**Kevin Welner** University of Colorado, Boulder

**Terrence G. Wiley** Center for Applied Linguistics

**John Willinsky** Stanford University

**Jennifer R. Wolgemuth** University of South Florida

**Kyo Yamashiro** Claremont Graduate University

**Miri Yemini** Tel Aviv University, Israel